

ANTÓNIO RAMALHO



04

POR ISABEL TAVARES

EANES

RETRATOS POLÍTICOS II

BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

SÁBADO

ANTÓNIO RAMALHO

EANES

EANES

POR ISABEL TAVARES

A autora escreve
segundo o anterior
Acordo Ortográfico

SÁBADO

Coordenação editorial

João Pombeiro

Revisão

João Alexandre

Capa e paginação

PixelReply.pt

Fotografia de capa

Luís Vasconcelos/Lusa

RETRATOS POLÍTICOS II

Breves Biografias de Políticos Portugueses

é uma série editada pela Reverso em exclusivo para a revista SÁBADO.

© Reverso, 2025 | Medialivre, 2025

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

Depósito legal: 529811/24

ISBN: 978-989-9080-38-6

Impresso em abril de 2025 na Multiponto, S.A.



WWW.REVERSOEDITORA.PT



António Ramalho Eanes, Presidente da República,
em 1981, no Dia de Portugal, de Camões e das
Comunidades Portuguesas (10 de Junho)
comemorado no Funchal.

**UM
HOMEM
DE ESTADO**

ÍNDICE

- 09 **INFÂNCIA E JUVENTUDE**
- 17 **ÍNDIA, MACAU, MOÇAMBIQUE**
- 27 **GUINÉ E O CASAMENTO PELO MEIO**
- 31 **ANGOLA E A CONVERSA COM MARCELLO CAETANO**
- 37 **A QUEDA DO ESTADO NOVO E OS ANOS DO PREC**
- 49 **O 25 DE NOVEMBRO**
- 63 **BELÉM**
- 73 **A PRIMEIRA PRESIDÊNCIA**
- 83 **TRÊS GOVERNOS DE INICIATIVA PRESIDENCIAL**
- 91 **CAMARATE E A SEGUNDA PRESIDÊNCIA**
- 101 **AS CONVERSAS GRAVADAS E A REVISÃO CONSTITUCIONAL**
- 115 **O PRD**
- 123 **O GABINETE NA MIGUEL BOMBARDA**
- 131 **UMA VIDA EM VÁRIOS ACTOS**
- 141 **OBRAS CONSULTADAS**

INFÂNCIA E JUVENTUDE

"Um rapaz porreiríssimo"

Lúis Marçal Grilo e outros amigos

O mundo vive um período de intensas transformações políticas, económicas e culturais. Nos Estados Unidos, o Congresso aprova um financiamento adicional de quase 12 mil milhões de dólares para o *New Deal*, o programa do presidente Franklin Roosevelt para combater os efeitos da *Grande Depressão*; na União Soviética (URSS), ainda não passou um mês desde a abolição do sistema de racionamento de pão; na Alemanha, faltam cinco dias para marcar dois anos de Hitler no poder; em Itália, Mussolini prepara-se para invadir a Etiópia; e em Espanha cresce a instabilidade política.

É dia 25 de Janeiro de 1935, sexta-feira, perto das duas da tarde, e na aldeia de Alcains, em Castelo Branco, a agitação é outra: em casa, pelas mãos da parteira local, nasce António dos Santos Ramalho Eanes, aquele que virá a ser o primeiro Presidente da República Portuguesa eleito por sufrágio directo e universal.

Filho de Manuel dos Santos Eanes, um pequeno empreiteiro da construção civil, e de Maria do Rosário Gregório Ramalho, é um dos quatro filhos do casal: duas raparigas, Ana e Palmira, e dois rapazes, António e João, que nascerá dois anos mais tarde. Na verdade, este é o segundo bebé a quem chamam António, o primeiro foi levado pela febre tifóide ainda com pouco tempo de vida. A este propósito, António Ramalho Eanes diz que podia ter passado uma vida incógnito, uma vez que já existia uma certidão de óbito com o seu nome.

É quando nasce João, o mais novo dos quatro irmãos, que a família se muda para Castelo Branco, onde arrenda uma pequena quinta e cultiva o suficiente para fornecer a casa e mais alguma coisa para vender no mercado. Nesta altura, a população na cidade ronda os 11 mil habitantes, o concelho tem 30 fábricas, oito delas de transformação de cortiça, e 84 lagares de azeite. O salário agrícola médio ronda os sete escudos e um litro de azeite custa seis.

Os irmãos Marçal Grilo, Luís (arquitecto) e Eduardo (ex-ministro da Educação) conhecem "Tó Ramalho" de toda a vida. São vizinhos na terra, os pais tornaram-se amigos, passam férias juntos. "As férias grandes são estupidamente longas" e Tó Ramalho aproveita para passear de bicicleta e conversar com Luís ao portão. À noite, o cinema ao ar livre é para todos e o calor é tanto que muitas vezes é preciso borrifar

o colchão da cama com água para conseguir dormir. Em crianças, Luís e a miudagem costumavam brincar na quinta onde moravam os Ramalho e onde o pai de António era uma espécie de feitor. Chamavam-lhe Monte da Cal, hoje uma zona urbanizada. Aos sábados de manhã era dia de ir ao banho num tanque que lá havia – e que Tó começava a encher à nora dois dias antes. Foi aí que Luís aprendeu a nadar.

No liceu, na hora da ginástica jogava-se "brutebol" com uma bola de andebol e valia tudo. Os amigos lembram a força tremenda de Tó Ramalho já na altura. A escola pública era mista, mas, desde que entravam até que saíam, rapazes e raparigas seguiam caminhos separados e ai de quem. A regra era sagrada e qualquer infração valia uma guia de marcha para o gabinete do reitor, Sérvulo Correia, pai do advogado José Manuel Sérvulo Correia, um "terror" ou, pelo menos, assim reza a história; sair da linha dava direito a suspensão.

Domingo é dia de sermão e missa cantada. O padre não deixa por mãos alheias o discurso da moral e dos bons costumes, com reprimendas às meninas que se atrevem a usar saia pelos joelhos e aos rapazes demasiado aventureiros. Uma mentalidade tacanha que levou Tó Ramalho a afastar-se da Igreja, com quem só virá a fazer as pazes anos mais tarde.

Os pais dos Eanes e dos Marçal Grilo cresceram a pulso, um com uma pequena empresa de construção civil, outro com uma casa comercial. O importante era

a família, dar aos filhos condições para estudar. "O dinheiro não cai do céu" era uma frase comum em ambas as famílias.

Não admira, por isso, a reacção do pai Eanes quando Tó chumba no 2.º ano, o equivalente ao actual 6.º ano. Não há gritos nem discursos inflamados, apenas algumas palavras secas seguidas de um silêncio de dias, que bate mais forte do que qualquer palmada ou castigo. "Se queres estudar, estamos dispostos a fazer todos os sacrifícios, senão vais trabalhar."

Tó Ramalho não volta a chumbar e termina o 7.º ano, actual 11.º ano, com média de 16 valores – e um susto a Matemática, que recupera na segunda chamada, onde arrecada um 18. Parte destas histórias estão assinaladas no *Livro de Despedida dos Alunos do 7.º Ano do Liceu Nacional de Castelo Branco, 1952-53*, que conta com caricaturas da autoria de Luís Marçal Grilo e poemas de frei Roy.

Tó Ramalho, "um tipo porreiríssimo" embora reservado e marrão, como é lembrado pelos amigos, é retratado em cima de um livro de Ciências Naturais e de seringa na mão. Ao lado, os versos resumem o rapaz: "Também não vai ao cinema/nos cafés nunca entrou/e no amor – penso eu –/que ele nunca namorou. Só gosta de ser ciclista/pois quer ser às do pedal/e então é vê-lo nas ruas/e às vezes... no hospital".

Apesar de se dar com toda a gente, Tó Ramalho não gosta de aglomerados nem da confusão. Não participa

na peça de teatro de final de curso, que, aliás, acaba por ser cancelada pela censura, e também não vai na viagem de finalistas a Lagos – por hábito, os alunos iam numa excursão a Sevilha ou Madrid, mas, nesse ano, o ministro da Educação, Leite Pinto, proíbe as saídas para Espanha.

Em miúdo, Tó costumava dizer que quando fosse grande queria ser padre, médico ou militar. Hoje, diz que isso reflectia já "uma tendência para estar com os outros de uma maneira mais próxima, mais fraterna, mais responsável". Em comum, talvez as três profissões tivessem a generosidade, a ousadia e a coragem.

Sempre se interessou por História e Estratégia, gostava de ouvir histórias sobre batalhas e líderes do passado, uma inclinação que o levou a considerar a carreira militar. Os amigos de infância recordam-no como alguém ponderado, de poucas palavras, mas com um forte sentido de justiça. No liceu, no entanto, já não tem qualquer inclinação para o sacerdócio – para grande descanso da Sra. D. Maria do Rosário, que sempre lhe ia dizendo que isso ele não podia ser, porque queria ter netos. Isto apesar de os seus muitos relatos sobre um sacerdote missionário da família serem, na verdade, responsáveis por grande parte do fascínio que a profissão exercia sobre o filho. "A minha mãe gostaria muito que eu fosse médico e o meu pai preferia a engenharia - ao fim e ao cabo, como construtor civil ou, se quiser, como empreiteiro, ele

era um engenheiro frustrado", contaria mais tarde numa entrevista.

Aos 18 anos, a escolha está feita. A opção pela instituição militar, que também tem os seus encantos, é também a maneira que Tó Ramalho encontra para não ser um peso económico para a família e para dar ao irmão mais novo, João, a hipótese de se licenciar em Engenharia e cumprir o sonho do pai. No entanto, como dirá mais tarde, a maior parte das decisões deste género "são tomadas por razões que a razão desconhece, por intuição, por sentimento. E julgo que a minha decisão foi também tomada um pouco dessa maneira" (RTP, 1993).

António entra para a Escola do Exército, na Amadora, e a 15 de Outubro de 1953 é incorporado como cadete. A vinda para Lisboa representa um tempo de grandes mudanças e a transição da vida civil para a vida militar. Nesse ano, entram também para o curso geral preparatório Garcia dos Santos, Loureiro dos Santos, Tomé Pinto e Jaime Neves, amizades que durariam para sempre.

A escolha recai na Infantaria, arma de combate directo, das primeiras linhas de ataque e das mais antigas da guerra, exaltada por gregos e romanos. Eanes justifica a opção pelo facto de ser a arma que permite olhar o outro olhos nos olhos, o combate corpo a corpo. De certa forma, é a mais atractiva para um jovem cheio de ideais românticos.

Termina o primeiro ano do curso em 24.º lugar e, no final, em 1957, é o 9.º na classificação geral, com uma média de 13,48 valores. Em Novembro desse ano – está a televisão, ainda a preto e branco, a dar os primeiros passos em Portugal, com emissões regulares captadas apenas na região de Lisboa –, é promovido a alferes e colocado no Regimento de Infantaria n.º14, em Viseu. Alípio Tomé Pinto, que faz o mesmo caminho, recorda a "sobriedade e simplicidade" de Eanes, "um homem sereno, mas firme" com quem rapidamente se cria amizade.

É por esta altura que António Ramalho Eanes conhece Vasco Lourenço (que tem menos oito anos). A coincidência dá-se no Hospital Militar, onde ambos vão parar devido a acidentes de percurso. Eanes, instrutor-chefe do Curso de Tirocínio, está na carreira de tiro quando lhe vêm dizer que uma das granadas não rebentou. O tenente aproveita para explicar o funcionamento do engenho, mas a granada explode e projecta Eanes, desfazendo-lhe uma bota e os dedos do pé. Na Academia Militar, Vasco Lourenço compra duas dezenas de carteiras de fósforos para a sua colecção. No quarto, raspa um dos fósforos num pedaço de lixa e, sem saber como, provoca uma explosão que lhe queima a mão.

Ramalho Eanes faz tratamento em ambulatório, recorda Vasco Lourenço, e cruzam-se na cirurgia dos oficiais. Conversa puxa conversa, descobrem que são

de perto, um de Alcains, outro de Lousa, e os pais até se conhecem. "Uma das coisas que me chamou a atenção foi que Eanes me tratava por camarada, como se fosse um igual. E eu era infra, três furos abaixo de cão, sete abaixo de polícia." Isto dava-lhe importância. E, num instante, percebe que Eanes trata todos da mesma maneira.

ÍNDIA, MACAU, MOÇAMBIQUE

"Quando se vê homens morrer,
é quase impossível não se voltar
ao homem e a Deus"

António Ramalho Eanes

Sob o comando de António de Oliveira Salazar, chefe do governo desde 1933, e com uma Assembleia Nacional acabada de eleger, com a totalidade dos 120 deputados da União Nacional, criada para apoiar o regime, Portugal é um país marcado pelo autoritarismo do Estado Novo, com fortes limitações políticas e sociais e um relativo atraso económico face ao resto da Europa.

O analfabetismo é elevadíssimo – mais de 40% da população –, a escolaridade obrigatória é de apenas quatro anos e o ensino superior limitado a uma minoria. No âmbito cultural, o fado domina o panorama musical, com figuras como Amália Rodrigues a atingir notoriedade internacional, enquanto o teatro e o cinema continuam fortemente vigiados e a imprensa é controlada pelo regime e pela censura.

Eanes é chamado a prestar serviço na Índia (1958-1960). É a primeira vez que sai de Portugal. António nunca tinha visto nada assim, fica maravilhado com Goa, as cores, a mistura de culturas, as gentes, a intensidade da natureza. "Na época das chuvas, a gente via a chuva a vir antes de ela começar efectivamente a cair." O primeiro contacto com o Estado Português da Índia foi "extremamente enriquecedor". Já lá não está quando se dá a invasão de Goa, Damão e Diu pelas forças indianas. Regressara a Portugal meses antes. Mas oferece-se para voltar. "Tinha estado numa companhia de naturais e, cumprindo directivas superiores, disse que estávamos para ficar ou sairíamos apenas para que eles pudessem ser eles. Como jovem tentente, entendia que a invasão não cumpria nenhuma dessas promessas, que devia pagar com a minha presença e a minha acção."

"A Índia portuguesa era uma coisa totalmente diferente daquilo que eu imaginava. Quando cheguei, encontrei uma outra cultura, que não era a cultura portuguesa, mas também não era a cultura indiana. Isso obrigou-me a contactar com a História e perceber que a nossa colonização tinha sido totalmente diferente – a Índia era um símbolo extremamente interessante, porque numa altura em que a colonização mal tinha começado, Afonso de Albuquerque tinha proposto ao rei que, por razões estratégicas, os nobres portugueses casassem com as nobres indianas. E o rei aceita. Isto

fez-me ver que a colonização não tinha esses preconceitos. E vi nas outras colónias que a nossa acção tinha sido diferente da acção dos outros europeus."

As eleições presidenciais acontecem a 8 de Junho, e o regime de Salazar treme quando Humberto Delgado, o "general sem medo", assume a candidatura à Presidência da República pela oposição, reunindo apoios de republicanos a comunistas. Depois de anos a viver nos Estados Unidos, conhece as melhores fórmulas para as campanhas eleitorais, modelo que adopta. Carismático, traz milhares de pessoas para a rua, entusiasmadas com a possibilidade de mudança.

É então que Salazar decide estender o direito de voto aos militares, mas à Índia chegam apenas os boletins da lista B, de Américo Thomaz, e o comandante da unidade, Eduardo Velasco, não gosta e reage contra. Eanes solidariza-se e também não vota. Nesse ano, Américo Thomaz substitui Craveiro Lopes na Presidência da República.

No ano seguinte, uma história que ficará para sempre na memória daqueles que participaram no Troféu Salazar, uma competição duríssima das Forças Armadas, com participação de todas as armas, com diversas provas e que leva meses a preparar. Eanes é escolhido para vir à metrólope representar a Índia e chega com uma patrulha de militares goeses atrás de si. Tomé Pinto lembra-se de os ver chegar a Mafra, "as pernas pareciam palitos, coitadinhos, os capacetes enormes

enterrados nas cabeças pequeninas". Fizeram-se apostas e acontece aquilo que para a maioria é inesperado: Eanes sai vitorioso e é visto, em parte do percurso, a carregar aos ombros um soldado desmaiado (*Ramalho Eanes, O Último General, 2017*).

Os movimentos armados de independência tornam-se activos: MPLA (Movimento Popular de Libertação de Angola), FNLA (Frente Nacional de Libertação de Angola), UNITA (União Nacional para a Independência Total de Angola), PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), FRELIMO (Frente de Libertação de Moçambique).

Em 1961 dá-se o Golpe Botelho Moniz (ou a Abri-lada de 1961). O general, ministro da Defesa desde 1958, que tinha sido adido militar em Washington e acreditava que a política colonial era insustentável, ainda mais agora que John F. Kennedy era Presidente dos Estados Unidos, tenta convencer Salazar a retirar-se das colónias africanas, como outras nações europeias fizeram entre 1950 e 1960. Como não consegue, ensaia afastá-lo do poder.

Na noite de 13 de Abril, o dia seguinte, a programação normal da televisão portuguesa é interrompida pela transmissão de uma mensagem de Salazar ao país: "Se é precisa uma explicação para o facto de assumir a pasta da Defesa Nacional [...], a explicação concretiza-se numa palavra, e essa é Angola [...]. Andar rapidamente e em força é o objectivo que vai pôr à prova

a nossa capacidade de decisão [...] a fim de defender Angola e com ela a integridade da Nação."

É o início da Guerra Colonial – um mês antes, têm lugar os massacres da União dos Povos de Angola (UPA), no norte de Angola, e os violentíssimos ataques a povoações e fazendas de colonos, com mutilação de corpos de homens, mulheres, crianças e bebês, brancos e negros, que apanham os portugueses de surpresa. Em Janeiro, a Força Aérea tinha respondido à revolta da Baixa do Cassange, arrasando 17 aldeias com recurso a *napalm*, fazendo milhares de vítimas. Em Fevereiro, as cadeias de Luanda são assaltadas para libertar os presos políticos.

Alguns militares estão a favor do golpe frustrado. Eanes é um deles. Apesar de não estarem muito politizados – há uma hierarquia a obedecer –, depois do almoço, enquanto tomam café, estes assuntos são comentados e "Eanes é um belíssimo conversador". "O que sei é que os oficiais desapareceram de um momento para o outro e acabámos todos nomeados para África", lembra Tomé Pinto.

Antes de África, Eanes regressa ao Oriente, desta vez a Macau (1962-1964). Já é capitão e não fica feliz, preferia um cenário mais agitado, como Angola, onde pudesse fazer a diferença. Ainda por cima tinha estado em Lamego, no Centro de Instrução de Operações Especiais, a treinar guerra subversiva. Macau é o contrário da Índia (e é lá, na Companhia de Caçadores

66, que conhece Arnaldo de Matos, que virá a ser secretário-geral do MRPP).

Quando vai para Moçambique (1963-1964 e depois 1966-1968), já todos admiram Eanes pela sua coragem e firmeza. Sob o seu comando não são permitidas algumas barbaridades costumeiras, de namoros a pilhagens. Regressa à Academia Militar como professor, instrutor de educação militar e oficial de acção psicológica. Não pára de se questionar e é então que se inscreve no Instituto Superior de Psicologia Aplicada.

É nesta fase de desalento que Eanes se reaproxima de Deus. "Quando se vê homens morrer, é quase impossível não se voltar ao homem e a Deus", dirá. E Eanes viu sucumbir tantos. "A morte na guerra não é uma coisa distante, está ali. Durante muitos dias, ela ocupa os nosso sonhos, ocupa-nos quase na totalidade. É bem diferente do que acontece hoje na sociedade. Antigamente, o falecido permanecia em casa até ao dia do enterro. A família e amigos, que vinham de longe, comungavam com a família enlutada através de um repasto. Depois, o morto saía de casa aos ombros de familiares e amigos. Acabámos com isso. Hoje, colocamos o cadáver numa sala mortuária, levamo-lo para o cemitério num carro, em alta velocidade... Os sinos não dobram já. Não nos dizem que um de nós partiu e que um pouco de nós e da nossa humanidade partiu com ele. Mas na guerra não é possível afastar a morte. Muitas vezes, os mortos transportam-se aos ombros,

quilómetros e quilómetros, e perguntamo-nos a nós próprios: afinal, o que somos? A morte está então presente nos mortos e na ameaça de morte que a acção do inimigo representa" (25 *Portugueses*, 1999).

Hoje, Eanes acredita que só tem de prestar contas a Deus. "E aos meus pais, quando eram vivos. Por isso, quando ia em comissões de serviço, quando me afastava mais do que algumas semanas, gostava de lhes deixar sempre uma carta."

Estamos em 1968. Francisco Sousa Tavares e Urbano Tavares Rodrigues são libertados depois de meses na prisão pelo envolvimento na denúncia do escândalo *Ballet Rose*, um esquema de pedofilia, prostituição e abuso de menores que envolve altas figuras do Estado. Mário Soares, acusado de espalhar notícias falsas sobre Portugal no estrangeiro, é deportado para São Tomé. No forte de Santo António da Barra, no Estoril, Salazar cai da cadeira, um acidente cuja gravidade só vem a conhecer-se dias depois, quando os médicos percebem que há uma hemorragia cerebral e é preciso operar. O país só vem a saber de tudo mais de um mês depois do acidente.

Na sequência do seu estado debilitado, Marcello Caetano, ex-ministro das Colónias (1944–1947) e ex-ministro da Presidência do Conselho de Ministros (1955–1958), é indigitado presidente do Conselho de Ministros, mas Salazar nunca será informado dessa decisão e continuará a acreditar que governa o país até

à sua morte. Marcello tenta implementar alterações em diversos sectores, mas recusa dar a independência às províncias ultramarinas. Aumenta o descontentamento e a contestação dos militares.

**NA OPINIÃO DE EANES, SPÍNOLA
E O MFA «NÃO FIZERAM AQUILO QUE
SERIA RAZOÁVEL, OU SEJA, PROCURAR
UMA ESTRATÉGIA DE NEGOCIAÇÃO
E COMPROMISSO. O PAÍS EXIGIA
ESTABILIDADE E UMA ESTRATÉGIA
CONCERTADA DE MOBILIZAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL, O QUE SÓ É POSSÍVEL
COM UM GRANDE ESCLARECIMENTO.»**

GUINÉ E O CASAMENTO PELO MEIO

"Senti que não queria perdê-la"

António Ramalho Eanes

António Ramalho Eanes e Vasco Rocha Vieira conhecem-se na Academia Militar em 1968. Instrutores do mesmo corpo de alunos, solteiros e bons rapazes, sobra-lhes tempo para grandes conversas. É assim que nasce uma amizade profunda, "uma ligação forte que ficou para a vida", como diria Vasco Rocha Vieira.

É Dia de Reis e a Academia Militar organiza um dos seus memoráveis jantares de gala. Manuela Neto Portugal comparece acompanhada de César Neto Portugal, seu irmão e piloto da Força Aérea, que Rocha Vieira conheceu no ano interior, quando ambos estiveram internados por doença na mesma enfermaria. E é nesse jantar que António e Manuela se conhecem, um encontro tudo menos casual.

O capitão Eanes dirige agora o Departamento de Assuntos Culturais da Academia Militar. Manuela é licenciada em Direito, ex-presidente da Juventude Universitária Católica e das Conferências de São Vicente de Paulo. Para escolher o programa para oferecer aos cadetes, Eanes ia a espectáculos, concertos e exposições na Gulbenkian e é assim que estabelece uma certa aproximação com Manuela, com quem vai trocando livros, discos, conversas. "Ajudou-me sempre, sabendo aconselhar-me até onde o conselho é razoável. [...] Gosto de decidir sozinho" (RTP, 1992).

"A Manuela encantou-se por ele. Lembro-me de me vir falar de Eanes algumas vezes com muito interesse. E eu pensava para mim que era bom que ambos tomassem a decisão de avançar para uma relação mais séria. Fiz força para isso", recorda Vasco Rocha Vieira. E ficou, até ao resto dos seus dias, grande amigo da família – Eanes foi seu padrinho de casamento.

Em Abril, António pede Manuela em casamento. Primeiro vai esperá-la à saída do Instituto de Obras Sociais, em Lisboa, no seu *Fiat 1500*, depois seguem juntos para casa de Manuel Neto Portugal, pai da noiva, director da Inspeção-Geral de Actividades Económicas, para oficializar o compromisso.

O casamento de António e Manuela tem lugar a 28 de Outubro de 1970: ele 35 anos, ela quatro anos mais nova. Até então, Eanes não pensava em casar, "porque entendia ser difícil, para mim, compatibilizar a vida

de casado com o comando de operações. Este facto determinante perdeu peso quando conheci a minha mulher. Senti que gostaria de construir a minha vida com a sua, senti que me ajudava a encontrar a minha paz. E senti que não queria perdê-la" (*25 Portugueses*, 1999).

A cerimónia tem lugar na Capela de Nossa Senhora da Conceição, no Palácio de Queluz, com direito a copo-d'água no restaurante Muchaxo, na Praia do Guincho. A festa é ensombrada pela morte de Manuel dos Santos Eanes, aos 69 anos, umas semanas antes. "A sua morte foi uma das maiores tristezas da minha vida", confessa Ramalho Eanes. "Os pais são de uma importância inultrapassável, mas, estranhamente, percebemos o quanto são decisivos. Eu tive um pai e uma mãe maravilhosos. O meu pai era um homem bom, sempre disponível para ajudar qualquer um, emprestando mesmo, muitas vezes, importâncias que lhe faziam falta" (*25 Portugueses*, 1999). Ficou o consolo de saber que o pai conheceu Manuela, enquanto Ramalho Eanes estava na Guiné.

A comissão na Guiné (1969-1971), que interrompeu brevemente para casar, foi uma das mais marcantes. Era lá que as Forças Armadas enfrentavam, talvez, maiores perigos. A *Operação Mar Verde*, em 22 de Novembro de 1970, que tinha como objectivo derrubar o poder, não é um êxito. O Presidente Sékou Touré não é eliminado, mas são resgatados e libertados três dezenas de presos políticos. Balanço: 400 mortos do lado

da Guiné e os militares portugueses não conseguem destruir o armamento do PAIGC, que inclui aviões MIG.

Nomeado por António de Spínola, Eanes é oficial de Informações no Comando do Agrupamento Operacional, em Teixeira Pinto. É na Guiné que reencontra Vasco Lourenço e é também na Guiné, na Repartição de Assuntos Cíveis e Acção Psicológica, no serviço de Radiodifusão e Imprensa, que encontra Otel Saraiva de Carvalho, agora na sua terceira missão, a render um capitão que morreu na queda do helicóptero que vitimou quatro deputados da Assembleia Nacional (entre eles José Pedro Pinto Leite e Pinto Bull). "Demo-nos muito bem, e a figura hirta e rígida do Ramalho Eanes foi para mim uma revelação pelo sentido de humor. Ríamo-nos à brava e tornámo-nos amigos", conta.

Eanes não pertence ao núcleo duro de Spínola, mas simpatiza com as suas ideias – o respeito é mútuo. E sabe, sobretudo, que África é um barril de pólvora e que Portugal está cada vez mais isolado. Regressa a Lisboa. A 5 de Maio de 1972 nasce o seu primeiro filho, Manuel. "A Manuela mandava-me fotografias, cassetes com as brincadeiras do miúdo, para que eu mantivesse uma ligação grande com ele. Ela nunca foi para o Ultramar comigo. Falava muito de mim ao miúdo, de tal maneira que quando eu cheguei ele não me olhou como um estranho, foi como se estivesse estado sempre com ele."

ANGOLA E A CONVERSA COM MARCELLO CAETANO

"Um homem de 38 anos
que vai fazer cinco comissões
é um homem que está no limite"

António Ramalho Eanes

No Verão de 1973, juntamente com os oficiais do Exército Hugo dos Santos e Vasco Lourenço, Eanes é um dos principais promotores do abaixo-assinado de protesto contra o I Congresso dos Combatentes do Ultramar, no Porto, que quer legitimar a política colonial do Estado. Até final de 1973, Eanes participa em todas as reuniões preparatórias do 25 de Abril de 1974. Sabia que Abril ia acontecer, só não sabia o dia. "Quando fui mobilizado para ir para Angola deixei de participar nas reuniões, porque não seria razoável estar a dinamizar um movimento, a fazê-lo avançar, e na altura em que ele ia correr perigo eu não ia estar cá, estaria relativamente protegido".

Antes de partir para Angola, naquela que seria a sua última comissão, outra coincidência leva Eanes a ter a primeira e única conversa com Marcello Caetano,

"um encontro interessante, sobretudo por alguns equívocos". E conta como foi: "Quando Marcello fez 40 anos como professor, os antigos alunos resolveram oferecer-lhe um jantar de homenagem. A Manuela, que tinha sido sua aluna e sempre o considerou o melhor professor, queria ir ao jantar e veio dizer-me – porque sabia que eu já andava a conspirar. Disse-lhe que percebia, que sim, que fosse. Mas, como acontece com as mulheres em questões difíceis, foi resolvendo a coisa por partes. Daí a um tempo, vem dizer-me que queria que eu fosse. Aí eu disse: 'Isso é um pedido que não posso satisfazer, porque atenta contra a minha consciência ética. Não posso ir ao jantar de homenagem a um homem contra o qual ando a conspirar'. Claro, ficou aborrecida: 'Não vais, também não vou', a chantagem habitual. Não fui. Então, ela escreveu uma carta e veio mostrar-ma, pedir-me para a ler. Não leio, entendo que as pessoas têm uma privacidade onde ninguém deve entrar, aquilo a que se chama normalmente a privacidade moral. Este é um parêntesis a que dou extrema importância [...]. Bem, de maneira que eu disse: 'Não vou ler a carta' – e o que sei é que ainda hoje não sei o que a carta dizia. Creio que isto se passa em Dezembro de 1973, estava eu em Santa Margarida a preparar um batalhão para ir para Angola, era sub-comandante e já tinha ido embora o comandante e parte do Estado-Maior. Eu estava a presidir àquilo a que se chama o treino operacional."

Mas a história não acaba aqui. "Numa tarde, com grande surpresa minha, recebo um telefonema de um tal dr. Neto [Alexandre Carvalho Neto, secretário do Presidente do Conselho], nunca me hei-de esquecer do nome, a dizer que o senhor Presidente do Conselho me receberia no dia tal às tantas horas. Fiquei, como calcula – para utilizar uma expressão muito certinha –, muito chateado. Ir falar com o homem contra o qual eu andava a conspirar era péssimo. Disse que agradecia, mas que não era possível, era o único oficial do batalhão presente. Ele percebeu, eu fiquei satisfeito, safei-me desta, pensei. Nessa mesma tarde, telefona outra vez a dizer: o senhor Presidente do Conselho pergunta quando é que o senhor major está disponível. Aí vi que estava lixadíssimo, não é? De maneira que lá lhe disse que estaria disponível a partir de dia tal."

Na data e hora combinadas, Eanes e Marcello reúnem-se. "Foi uma entrevista extremamente interessante e muito prolongada. Que, aliás, inicialmente, não percebi porque ele estava a prolongar. Sabia quem eu era, que tinha colaborado com Spínola, era amigo de Spínola, de maneira que estive, de certa forma, a rebater aquilo que eram as visões de Spínola – ou que ele julgava que eram as minhas. E que eu estive, obviamente, a defender. Marcello Caetano dizia que o Ultramar era uma corrente – quando se quebrasse um elo, quebrava-se a corrente. Lá lhe disse que o meu

entendimento era outro, que não era uma corrente, porque cada território, cada província, como se chamava, tinha as suas características e condições. E, por exemplo, entendia que a Guiné não era portuguesa, era uma colónia cabo-verdiana. Onde não havia portugueses. Por isso, considerava que Portugal devia entrar em negociações com o PAIGC, impor condições a essa negociação e, se eles não aceitassem, devia limitar-se a dizer que saía num espaço muito reduzido de tempo. Só isso iria modificar inteiramente a situação interna com o PAIGC, que tinha imensas condições. Só percebi porque demorou tanto tempo [a conversa] quando, à saída, me perguntou: 'Então, o senhor major deseja alguma coisa?' Convenceu-se de que eu estava intimidado, tinha alguma coisa para lhe pedir, mas não sabia como, e quis dar-me mais uma oportunidade. 'Não tenho nada a pedir-lhe, creio que estou aqui porque a minha mulher lhe escreveu uma carta'."

António Ramalho Eanes conta que este foi, para si, um sinal de que Marcello Caetano "não estava a perceber bem o que se passava na realidade do conflito, do combate. Eu era major, tinha muitos anos daquilo, e ele perguntou: 'Então o senhor major vai para a sua terceira missão, não é?' 'Não, vou para a quinta comissão', respondi. Quer dizer, ele não sabia, não percebia que alguém da minha idade estivesse a fazer cinco comissões. E, obviamente, um homem de 38 anos que vai fazer cinco comissões é um homem que está no

limite. É um homem que não tem vida, que não tem família, que tem um desgaste extraordinário e que ou vive num equilíbrio instável, então, num desequilíbrio psicológico."

A 4 de Fevereiro de 1974, Eanes é transferido para a Região Militar de Angola. Nessa altura, era já um homem que pensava e que fazia pensar, tinha prestígio e influência junto dos militares. O seu último acto político antes do 25 de Abril foi a assinatura de um documento com mais de 700 pedidos de demissão de oficiais do Exército.

No norte de Angola perde o contacto com o Movimento dos Capitães e a Revolução de Abril chega-lhe pela rádio. No dia seguinte, "houve uma conversa dirigida por mim com todo o pessoal da unidade. Apenas dois cabos se recusaram a combater. Recordo-me que lhes disse que o regime ia tentar modificar as coisas, mas só conseguiria se tivesse força ali, onde nós estávamos. Sei que em Moçambique houve problemas com várias unidades que se recusaram a combater e outras que tiveram de ser desarmadas, porque queriam entregar-se à FRELIMO. Mas isso teve que ver, também, com a situação de anarquia que se vivia aqui, 'nem mais um soldado para as colónias'."

Eanes pertenceu ao curso da Academia Militar que gerou mais militares de Abril. Ainda hoje, Vasco Lourenço acredita que, se estivesse em Portugal, Eanes "teria desempenhado as funções que couberam a Otelo".

A QUEDA DO ESTADO NOVO E OS ANOS DO PREC

"Spínola tinha uma estratégia de conflito"

António Ramalho Eanes

É o fim do Estado Novo, Marcello Caetano é derubado e é instalada a Junta de Salvação Nacional, presidida por António de Spínola. "A primeira reunião de António de Spínola com o Movimento das Forças Armadas (MFA) tem lugar logo no dia 25 à noite, e o programa do MFA, que tinha sido concertado entre ambos, volta a ser discutido" (*Confissões do 25 de Abril*, 1999). Spínola exigia duas alterações ao programa: uma relacionada com a descolonização – retirar do programa o direito dos povos ultramarinos à autodeterminação e independência –; outra, económica, estabelecia que o governo devia adoptar uma estratégia antimonopolista.

Na opinião de Eanes, Spínola e o MFA "não fizeram aquilo que seria razoável, ou seja, procurar uma estratégia de negociação e compromisso. O país exigia estabilidade e uma estratégia concertada de mobilização

da sociedade civil, o que só é possível com um grande esclarecimento. E isto era tanto mais necessário quanto é certo que o país se encontrava dividido entre duas facções: de um lado um Portugal tradicional, mais agarrado a valores, sentindo as marcas mais profundas da sua unidade e da sua continuidade espiritual, com uma personalidade mais enraizada; do outro lado um Portugal mais progressista, com unidade e continuidade espirituais mais influenciadas pelo exterior, que era a juventude universitária, a pequena burguesia urbana, sobretudo no Porto, e ainda aquilo a que se pode chamar a aristocracia operária. Em vez de se fazer com que esta sociedade civil, vivida e imobilizada, fosse reanimada e fosse um interlocutor racional, consciente e exigente, de um processo de consolidação, Spínola e o MFA encetaram duas estratégias diferentes e conflitantes."

Eanes é um militar, mas está muito longe de ser um militarista. E as diferenças são óbvias. "Existe militarismo quando a instituição militar privilegia de uma maneira excessiva ou de uma maneira exclusiva determinados valores, como por exemplo a ordem formal, a hierarquia, a disciplina cega, a abnegação, a força, o esforço físico. Quando estes valores institucionais, que são correctos, são levados a um exagero, a instituição militar transforma-se, quase adquire um estado perverso de autismo. Onde este militarismo se manifesta é quando os Estados são fracos, isso faz com que

a instituição militar rapidamente se transforme numa espécie de grupo dominante, e, daí até passar a ser o último recurso, ou a consciência última do país, vai um passo."

Com o 25 e Abril seguem-se dois anos difíceis, de forte agitação social e política. Neste período, Portugal tem dois Presidentes da República e seis governos provisórios. As forças políticas têm uma fraquíssima implementação: PS com menos de sete mil activistas, PCP com cerca de 30 funcionários e três mil militantes (Avillez, 1997). Em 1975, o PCP diz que tem cem mil militantes, o PS 80 mil, o PPD 20 mil e o CDS sete mil. Diversas correntes ideológicas confrontam uma revolução dirigida por militares que querem resolver o impasse colonial para o qual os políticos não têm resposta.

Na comunicação social pedem-se as cabeças dos homens do regime. Manuela Eanes receia que o pai, Manuel Neto Portugal, seja exilado e, mais uma vez, toma a iniciativa e vai a Belém pedir a ajuda do Presidente. A audiência é marcada por intermédio de José Eduardo Sanches Osório, colega de César Neto Portugal, agora na Direcção-Geral de Informação.

Os acontecimento sucedem-se num turbilhão. A 16 de Maio toma posse o I Governo Provisório, chefiado por Adelino da Palma Carlos, e há dois novos partidos, o PPD – Partido Popular Democrático, centro-direita, fundado por Francisco Sá Carneiro, Francisco Pinto

Balsemão e Joaquim Magalhães Mota, e o CDS – Centro Democrático Social, democrata-cristão, pelas mãos de Freitas do Amaral e Adelino Amaro da Costa.

Todos querem dominar a RTP. Júlio Castro Caldas, advogado, chefe de gabinete de Sá Carneiro, ministro-adjunto, é nomeado delegado do governo junto da administração da estação de televisão e depara-se com "o caos". É preciso encontrar alguém que não seja permeável a pressões políticas e Sanches Osório tem um nome: António Ramalho Eanes.

Em Junho de 1974, Eanes regressa de Angola e é colocado na Comissão *ad hoc* para os Meios de Comunicação Social e, depois, nomeado director de programas da Rádio Televisão Portuguesa (RTP). Joaquim Letria, jornalista, lembra-se bem desses dias: "Foi um período fascinante, de manhã uma coisa, à tarde outra e à noite o seu contrário. Conhecemo-nos num dia frio de Outubro, eu tinha chegado de Londres a convite da RTP. Conheci-o na sala de espera da Lapa, onde era então a sede da RTP. Era uma figura peculiar, porque Lisboa estava cheia de camuflados, muitos militares na rua. O general Ramalho Eanes estava com a farda número um e tinha uma coisa que já se via pouco – porque os militares meteram as fardas na naftalina –, uma peliça. Ia falar com o presidente da RTP para ocupar o cargo de director de programas, que ocupou brevemente antes de ser presidente da RTP, e eu vinha para a informação. Também estava à espera. Eu

chegara de Londres, ele tinha vindo de Angola. Trocámos algumas palavras. Depois, passámos a encontrar-nos no cimo da rampa todos os dias, praticamente. E saímos da RTP ao mesmo tempo" (RTP, 1993).

Na Guiné, sob o comando do general António de Spínola, Eanes trabalhou com Otelo Saraiva de Carvalho na Repartição de Assuntos Cíveis e Acção Psicológica do comando-chefe, onde viria a chefiar o Serviço de Radiodifusão e Imprensa. Eanes tem a experiência do PIFAS (Programa de Informação das Forças Armadas), como era carinhosamente chamado o programa radiofónico emitido na Guiné-Bissau, onde a língua portuguesa quase não tinha expressão. As transmissões aconteciam cerca de três horas por semana, entre 1972 e 1973.

É Ramalho Eanes quem leva Raul Solnado e Nicolau Breyner para a RTP e é assim nascem os famosos "Sr. Feliz" e "Sr. Contente", numa altura em que as tensões políticas e sociais eram imensas e era preciso descontraír, aliviar tensões, rir. Eanes acreditava que a RTP devia ser um meio de cultura, de informação e de reflexão. E, ao contrário do que os mais distraídos possam pensar, Eanes é um homem com enorme sentido de humor, um humor fininho. Muitos anos mais tarde, na mesma estação de televisão, Teresa Guilherme e Manuel Luís Goucha terão essa prova, quando, para a preparação de uma entrevista para o *Olha que Dois*, almoçam em sua casa. Ao passar pela sala, Teresa Gui-

Iherme comenta com Manuel Luís Goucha, baixinho: "Não sei se deixe aqui a minha carteira" (não conhecia a casa, não sabia se voltariam a passar ali). O general, que ia a entrar, ouve e diz da porta: "Pode deixar, nós cá em casa somos todos moderadamente sérios."

Os exemplo do sentido de humor e perspicácia são imensos. O semblante sério tem que ver, em primeiro lugar, "com a minha própria estrutura. E, depois, com a minha experiência de vida. Enquanto militar estive em situações difíceis, onde o sorriso muitas vezes não tem cabimento, onde é preciso, até, haver um certo esforço para que não sejam as lágrimas a vir. A guerra é hedionda e não é uma solução. É horrível ver um homem morrer, sobretudo quando esse homem nos pede para não o deixarmos morrer, como se por ser capitão eu tivesse esse poder. É nessas alturas que um indivíduo se sente pequeno", desabafa.

A propósito do ar sério e da cara de pau, Eanes conta uma cena passada com o irmão e um amigo, em Coimbra: "Ó engenheiro Eanes, vou dar-lhe uma novidade interessante, sabe que tenho uma fotografia com o seu irmão a rir?" O meu irmão olhou para o homem e, com palavras mais vicentinas, que não posso utilizar agora, diz: 'Pronto, lá está o tipo a estragar a imagem'."

Não passam muitos dias da chegada de Eanes à RTP e Spínola abandona Belém. Em Julho, cai o I Governo Provisório, na sequência de uma proposta apresentada pelo primeiro-ministro para a realização de eleições

presidenciais em Outubro desse ano e, simultaneamente, um referendo a uma Constituição Provisória. A proposta contrariava o Programa do MFA e era uma tentativa para reforçar o poder do Presidente da República, António de Spínola.

Já estamos no II Governo Provisório, chefiado por Vasco Gonçalves, quando a chamada "maioria silenciosa" – alguns sectores conservadores da sociedade portuguesa, civil e militar – organiza a manifestação de apoio a Spínola, a 28 de Setembro, enquanto Otelo Saraiva de Carvalho e o COPCON (Comando Operacional do Continente), com o conhecimento do ministro da Defesa Nacional, Mário Firmino Miguel, e Francisco Costa Gomes, preparam uma operação para prender antigos membros da Legião Portuguesa e personalidades ligadas ao Estado Novo que vão estar nessa manifestação. Na tarde de 26, durante o Concurso Hípico Internacional de Lisboa, Spínola recebe, entre aplausos, um de centenas de folhetos a dizer: "Manifesto de apoio ao general Spínola: não aos extremistas, sim à firmeza e fidelidade ao Programa do MFA."

Ramalho Eanes recorda que "Spínola tinha uma estratégia de conflito". Spínola ainda tenta alguns truques, como reforçar o poder da Junta de Salvação Nacional, que comanda, ou estabelecer o estado de sítio. Sem alternativa, demite-se a 30 de Setembro e Costa Gomes assume a Presidência da República. A 1 de Ou-

tubro chega o III Governo Provisório, Vasco Gonçalves mantém-se primeiro-ministro.

Nesta altura, Eanes é já presidente do Conselho de Administração da RTP. Mas a vida está longe de ser pacífica. "Uma vez, num programa em directo, com assistência, sobre Educação – estava o ministro e havia representantes de associações de estudantes –, um estudante de Direito da Universidade de Lisboa, mandatado pela associação, quis ler um documento que tinha só 17 páginas. Não deixei, e isso motivou uma manifestação à porta, no cimo da rampa. Queriam [os colegas] que eu saísse escondido num carro. Recusei-me, porque nunca saí assim de lado nenhum, por uma questão de dignidade e porque tinha receio de chegar no dia seguinte e ainda ter lá alguém à espera."

"Este senhor [Eanes] era presidente da RTP, estava em casa, mas veio buscar-me, porque as pessoas que estavam comigo não me deixavam sair com medo daquilo que me pudesse acontecer. E saímos os dois, a pé, pelo meio daquelas pessoas que, afinal, não me fizeram mal nenhum, só conversaram um pouco conosco" (RTP, 1993).

Um banqueiro preso depois da descoberta de uma megafraude, uma crise económica profunda, um país com um défice externo recorde, o desemprego a subir, nacionalizações, uma importante empresa tecnológica que fecha. Soa familiar? Bem-vindo ao Portugal de 1975, como retrataria o jornal *Público* muitos anos

mais tarde. "Entre a festa e o espanto da liberdade, o primeiro grande despedimento pós-25 de Abril chegou por *telex*. Adélia tinha 17 anos. Do outro lado do Tejo, em Almada, Tim andava pelos 14 e os Xutos & Pontapés, ou mesmo a música como alternativa profissional, nem um lampejo eram sequer ainda. Com 29 anos, Lídia Jorge, que era professora de Português e ainda não se tornara escritora, estava mergulhada na enorme confusão que eram os liceus de então" (*Público*, 2009).

A 11 de Março, a emissão da RTP decorre sem alterações. Eanes chega aos estúdios do Lumiar, onde dezenas de manifestantes protestam, e, por telefone, fala com o primeiro-ministro, que lhe dá instruções claras para não passar imagens do que se está a passar e lhe pede para adiar as notícias. Ninguém quer alarmar o país. É a Intentona, a tentativa de golpe de Estado dirigida por Spínola, que acredita que a extrema-esquerda se prepara para levar a cabo uma série de assassínios, a *Operação Matança da Páscoa*. A base do Regimento de Artilharia de Lisboa (RALIS) é atacada e há uma tentativa para controlar a base aérea de Monte Real, com a ideia de prosseguir para outras posições estratégicas. Nessa noite, são propostos saneamentos e prisões, uma delas de Ramalho Eanes. Vasco Lourenço conta que "quem estava contra ele era o PCP, que queria tomar conta daquilo, e o Eanes não lhes dava cobertura [...]. E alguém sugere o fuzilamento de Eanes."

No dia seguinte, Eanes demite-se, vai para casa, mas exige que seja aberto um inquérito. Os gonçalvistas, que quiseram fazer um directo sobre o ataque ao RALIS, acusam-no de estar feito com o Partido Comunista – ainda por cima, César Neto Portugal, irmão de Manuela, é apontado como o piloto responsável pelos bombardeamentos da véspera. No dia 13 de Março, Eanes entrega a Vasco Lourenço, da comissão política do MFA, a carta de demissão da RTP. Enquanto espera pelos resultados do inquérito, recebe algumas propostas de trabalho, mas recusa.

É extinta a Junta de Salvação Nacional e o Conselho de Estado e é criado o Conselho da Revolução. O governo dá início à execução de um grande plano de nacionalizações (banca, seguros, transportes, indústria). Toma posse o IV Governo Provisório, ainda sob a liderança de Vasco Gonçalves e com elementos do PS, PPD, PCP, MDP/CDE, militares e independentes.

Menos de um mês depois, a 25 de Abril de 1975, exactamente um ano após a Revolução, realizam-se as primeiras eleições livres em Portugal (desde 1926) para a Assembleia Constituinte, que tem como missão elaborar a nova Constituição da República Portuguesa e, por isso, mandato único de um ano. Há 6.231.372 inscritos, votam 5.711.829. Mário Soares fica à frente (o PS elege 116 de 250 deputados, o PPD 81, o PCP 30, o CDS 16 e o MDP/CDE 5).

**«CREIO QUE O PAÍS VIVE NESTA
ALTURA UMA SITUAÇÃO DRAMÁTICA.
ESTOU CONVENCIDO QUE OU SE
REENCONTRA OU SE PERDE. (...) É
IMPERATIVAMENTE NECESSÁRIO
CONSEGUIR A TAL DEMOCRACIA
PLURALISTA E É NECESSÁRIO
CONSEGUI-LA COM O TRABALHO DE
TODOS. FALO DE CIVIS E MILITARES.»**

O 25 DE NOVEMBRO

"Eanes tem esta coisa de líder"

José Loureiro dos Santos

Vivem-se os tempos do PREC – Processo Revolucionário em Curso, ninguém está parado. Para perceber a loucura dos acontecimentos vale a pena contar a história de Vasco Vieira de Almeida, ministro da Economia do governo de transição de Angola. Certo dia, é chamado a São Bento. Vasco Gonçalves prepara-se para receber uma delegação do Bundestag, o parlamento alemão, e precisa de ajuda. "Bate à porta uma secretária ou alguém que diz que chegaram os deputados alemães. E lá vamos recebê-los. Entramos na sala e entra um grupo de deputados que, em vez de serem altos e grandes e loiros, eram, por acaso, baixos, magros e morenos. E – estou a vê-lo – o Vasco Gonçalves estende a mão e diz: "*Auf wiedersehen!*" E o deputado alemão que vem à frente responde num português perfeito: "Senhor primeiro-ministro, muito obrigado por nos receber". "Mas, você fala perfeitamente por-

tuguês", atalha Vasco Gonçalves. E o outro: "Pois, nós somos a administração da Torralta". "Ai são?! Estão todos presos!" E foi assim que assisti à prisão da administração da Torralta, uma cena de cinema digna de Woody Allen" (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

Há ocupações de propriedades no Alentejo e acções violentas contra sedes dos PCP e do MES em Penafiel e em Ponta Delgada. Em Angola, a UNITA alia-se ao FNLA num clima de guerra aberta. Os tempos são confusos e tumultuosos.

No Verão de 1975, Ramalho Eanes envolve-se, desde a primeira hora, na conspiração desenvolvida pelo chamado Grupo dos Nove, encabeçado por Ernesto Melo Antunes. Inicialmente subscrito por nove conselheiros da Revolução, o *Documento dos Nove* tem ampla aceitação e acaba por ser assinado por muitos outros membros das Forças Armadas.

O *Documento dos Nove* é publicado na íntegra no *Jornal Novo*, a 7 de Agosto, na véspera do dia previsto para a tomada de posse do V Governo Provisório, chefiado, de novo e pela última vez, por Vasco Gonçalves. Defende um projecto socialista, mas, segundo o *Expresso* de 9 de Agosto, bate-se por uma democracia pluralista, pelas liberdades e direitos fundamentais e tem amplo apoio, fora e dentro das Forças Armadas, incluindo na Assembleia Constituinte, através de deputados do PS e do PPD. O governo toma posse sem representantes do PS e do PPD.

Quando começam os preparativos para responder a um eventual ataque das forças de extrema-esquerda, Ramalho Eanes é encarregado – pelos Nove – de organizar um plano militar. De um lado estes, que pretendem uma sociedade democrática e pluralista, baseada nos direitos e liberdades fundamentais, do outro Otelo e o COPCON, apoiados pelo Partido Comunista e pelo primeiro-ministro Vasco Gonçalves.

Garcia dos Santos, o homem das transmissões do 25 de Abril, recorda: "O PREC não tinha nada que ver com a maneira de ser dos portugueses e das Forças Armadas. A certa altura, fomos dizer isso a Costa Gomes – eu, o Eanes e o Jaime Neves" (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017). É então que Costa Gomes decide colocar Ramalho Eanes e Loureiro dos Santos, que era secretário permanente do Conselho da Revolução, num gabinete do Estado-Maior-General das Forças Armadas. E é aí que começam a gizar um plano para o caso de as coisas ficarem (ainda mais) feias.

"É neste clima que Tomé Pinto recebe um telefonema surpreendente, de um tal Silva, a marcar uma reunião importante na messe do Exército em Santa Clara. "Saí do Estado-Maior do Exército, onde estava colocado, e fui para a porta da messe. À distância, vejo Eanes, cumprimentamo-nos, e penso com os meus botões: 'Olha quem havia de aparecer agora'. Continuei à espera, a olhar para todo o lado, e a certa altura Eanes aproxima-se e pergunta-me: 'Estás à espera do Silva?'

'Estou'. 'Estás satisfeito com a situação actual?' 'Não'. 'Queres vir falar sobre isso a minha casa?' E lá fomos, o Silva era o Eanes. Chegámos a casa dele, no bairro Madre de Deus, subimos para um quarto no primeiro andar e fechámos as janelas. Lembro-me de a Manuela nos ter oferecido um gelado que quebrou o clima um tanto nervoso." A conversa foi demorada e viria a ter o seu desfecho no 25 de Novembro (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

Costa Braz, um dos signatários do *Documento dos Nove*, é nomeado ministro da Administração Interna, mas, por causa do 11 de Março, nem chega a tomar posse. Henrique Granadeiro, então director-geral da Administração Regional e Local, na dependência da Administração Interna, convida-o a mudar-se para a sua casa de solteiro, o n.º 178 da Rua Silva Carvalho, em Lisboa. E é aqui que acontecem muitas das reuniões. Granadeiro, embora não assista a todas, vai vendo entrar e sair do seu apartamento pessoas como Ramalho Eanes, Garcia dos Santos, Firmino Miguel ou Jaime Neves, entre outros. Tomé Pinto, que também participava nestes encontros, lembra-se das mensagens que Costa Braz trazia escondidas nos sapatos.

O plano está montado. "Loureiro dos Santos diz que se lembra de terem conversado sobre quem "tomaria a direcção" das operações. E Vítor Crespo, da Mariinha, defendeu desde o primeiro momento que deveria ser Eanes, desde logo porque a Artilharia tinha menos

gente e convinha ser alguém que tivesse um grande número de oficiais e muito prestígio. Este argumento fez com que, naturalmente, fosse Eanes a assumir a liderança. "Eanes tem esta coisa de líder, é um chefe natural" (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

Toma posse o VI Governo Provisório, com a chefia de Pinheiro de Azevedo, mas isso não acalma a situação político-militar, que se extrema. "A Assembleia Constituinte espelhava esta divisão fundamental: de um lado os que – mesmo com muitas concessões, resultantes, além do mais, do Pacto MFA-Partidos – queriam ter uma Constituição aprovada e a consequente realização de eleições livres para o Parlamento, o Presidente da República, as Regiões Autónomas e as Autarquias; do outro, os que, embora em minoria, não queriam nada disso [...]. Balsemão demite-se de deputado e da vice-presidência em 29 de Outubro de 1975 porque "estava a perder parte preciosa do meu tempo e até da minha mão como jornalista em São Bento" (*Memórias*, Francisco Pinto Balsemão, 2021).

Mês de Novembro. Tropas pára-quadistas de Tancos, aquartelados no Depósito de Adidos da Força Aérea, no Lumiar, rebentam com um posto de emissão da Rádio Renascença a mando da AMI, criada pelo COPCON. Como acção de protesto, no dia seguinte alguns militares daquela unidade não comparecem na sessão de esclarecimento do Chefe do Estado-Maior da Força Aérea e mais de 100 oficiais abandonam Tancos

por discordar desta atitude. Mas o pior está para vir: dia 13 de Novembro, milhares de trabalhadores manifestam-se às portas de São Bento, onde está reunida a Assembleia Constituinte, sequestram os deputados e, depois, o governo, que está na Rua da Imprensa. O cerco a São Bento só é levantado no dia seguinte, mas as repercussões a nível nacional e no estrangeiro são grandes.

Dia 20, o governo decide suspender actividade até Costa Gomes garantir condições: "Estou farto de brincadeiras. Fui sequestrado já por duas vezes e não gosto, é uma coisa que me chateia", diz Pinheiro de Azevedo aos jornalistas. Costa Gomes interrompe uma reunião do Conselho da Revolução em São Julião da Barra e vai a Belém falar com os manifestantes. Diz que fará tudo para evitar uma guerra civil.

"No dia 24, os principais líderes políticos do PS e do PSD, incluindo Mário Soares e Francisco Sá Carneiro, foram conduzidos para o norte, por motivos de segurança, porque se viesse a haver violência a sério, Lisboa seria a zona mais perigosa" (*Memórias*, Francisco Pinto Balsemão, 2021).

É madrugada de 25 de Novembro e o alerta é dado por Jaime Neves, o homem que manda no Regimento dos Comandos da Amadora, que telefona a Loureiro dos Santos a dizer que os pára-quadristas tomaram as bases aéreas. Às sete da manhã, a pedido de Eanes, avisa Vasco Lourenço, que acabara de assumir o comando

da Região Militar de Lisboa, substituindo Otelo, e pede-lhe que vá para Belém. Já na Presidência da República, são precisas muitas horas para convencer Costa Gomes a tomar uma atitude. Faz algumas perguntas, mas em breve vai ficar escuro e à noite tudo será mais complicado. São 16h30 quando declara estado de sítio e envia para a Região Militar de Lisboa uma mensagem a dizer que deixam de responder ao COPCON e ficam sob o comando directo do Presidente da República (e Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas). Eanes vai para o posto avançado da Amadora, de onde dirige as operações. O sistema de transmissões está montado por Garcia dos Santos, que foi também quem assegurou as comunicações no 25 de Abril.

Entretanto, militares invadem os estúdios da RTP no Lumiar, estava ainda Jaime Neves a fazer os primeiros telefonemas. A comandá-los está Manuel Duran Clemente, segundo-comandante da Escola Prática de Administração Militar (EPAM), que tem a missão de garantir a segurança da RTP em caso de sublevação no país. A Alameda das Linhas de Torres também é bloqueada com autocarros e no cimo dos prédios há soldados com bazucas. Horas depois, a emissão da "Telescola" é interrompida para um representante dos pará-quedistas explicar ao país o que se está a passar. Se a sul os espectadores vêem e ouvem as palavras do militar, a norte a RTP Porto continua com a emissão

normal. Sem conseguir entrar nos estúdios do Lumiar, uma força de "moderados" é enviada para o emissor de Monsanto e, no segundo seguinte, a emissão passa para os estúdios do Porto.

O primeiro a cair é o comando aéreo de Monsanto, missão confiada a Jaime Neves. Da Amadora partem cerca de 200 homens e 16 chaimites. À chegada, acabam por não encontrar resistência e os ocupantes rendem-se de forma pacífica. Menos tranquila é a operação lançada no regimento da Polícia Militar, na Ajuda.

Anos mais tarde, Eanes recorda: "Os pára-quedistas desencadearam uma acção militarmente impecável. Ocuparam todas as bases, excepção feita a Cortegaça. Quando se exerce uma acção contra moderados é indispensável que alguma coisa possa despertar a ira das populações urbanas, sobretudo lisboetas. E nada mais fácil do que uma operação de bombardeamento sobre Lisboa, sem importância, mas com consequências psicológicas importantes. Se nos apoderássemos de alguns aviões, seríamos tentados a utilizá-los contra determinados alvos. Eles teriam tido o cuidado de rodear esses alvos de população e, havendo baixas na população, apontava-se de imediato à ferocidade do fascismo dos indivíduos que utilizavam armas contra a população. Não nos surpreendeu quando Cortegaça não foi tomada" (*Confissões do 25 de Abril*, 1999).

Eanes continua: "A seguir, através de uma acção de comando, preparámos psicologicamente todas as uni-

dades [...] proibindo-lhes a entrega de armas a civis. Como a nossa posição em Lisboa era ainda complicada, embora já tivéssemos forças afectas e com o regimento de Estremoz a deslocar-se, entendeu-se que não era altura, ainda, de criar situações equívocas. Fez avançar uma força de Comandos sobre o comando dos civis que estavam barricados na Calçada da Ajuda. Aí deu-se uma troca de tiros e, concorde-se ou não, goste-se ou não, Jaime Neves foi não só mais uma vez um excelente militar, mas um grande patriota. Um excelente militar porque lhe mataram os homens, dois homens novos, um deles um tenente cheio de prestígio. É muito difícil, nessa altura, conter os homens com apenas uma espingarda na mão e ele conseguiu contê-los."

Tudo podia ter acontecido, até uma guerra civil. "A 'esquerda militar', com os seus pará-quedistas, fuzileiros e restantes unidades do Comando Operacional do Continente (COPCON), parecia dispor mesmo de força, para além da que lhe poderia dar, na rua, o PCP e a extrema-esquerda. Mesmo quando Costa Gomes tomou o partido dos 'moderados', ou quando Otelo Saraiva de Carvalho, o comandante do COPCON, se entregou no Palácio de Belém, ou ainda quando Álvaro Cunhal, finalmente, decidiu não continuar a medir forças – mesmo nesse momento, muito poderia ter corrido mal. Depois de mais de um ano de revolução, havia em todos os lados demasiada gente armada. Te-

ria bastado uma unidade militar ou umas centenas de militantes decidirem resistir até ao fim, para que a vitória dos 'moderados' tivesse sido manchada de sangue. Os vencedores do 25 de Novembro evitaram baixas, e foi essa, talvez, a sua maior vitória: ninguém, depois, pôde deslegitimar o seu triunfo como tendo sido obtido à custa de uma tragédia. Em vez disso, foi como que uma passagem de poder razoavelmente ordeira" (Rui Ramos, Observador, 2017).

No dia seguinte, António Ramalho Eanes é o herói de serviço: o homem vestido de camuflado, patilhas, óculos escuros e cara fechada. Ficaria a sua imagem de marca. Duran Clemente garante que não houve golpe de esquerda, apenas contestação militar sem objectivo político. O Partido Comunista acaba por não ser prejudicado: "a participação do PCP na construção do socialismo é indispensável", diz Melo Antunes à frente das câmaras da RTP, uma nota de que o PCP não seria ilegalizado - e também uma garantia de que não voltaria à clandestinidade e teria de jogar às claras, seguindo as regras da democracia. Ainda assim, a direita não perdoou.

"Na altura", confessa Diogo Freitas do Amaral, "achei que o PCP devia sair do governo provisório por ter tentado o golpe de Estado. Parecia-me que, eventualmente, se o Ministério Público assim o entendesse, deviam ser apuradas responsabilidades individuais dos dirigentes. Tanto para nós como para o PPD, o pon-

to é que não mereciam continuar no governo, porque aquilo também tinha sido um golpe contra o governo. O Dr. Mário Soares, tanto quanto me recordo, não terá dito nada na altura. Hoje, reconheço que tinha sido complicado fazer diferente. Os ataques às sedes, pelo menos de Rio Maior para cima, teriam sido mais intensivos" (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

Entre os perdedores está Otelio Saraiva de Carvalho, embora a sua responsabilidade no movimento dos pará-quedistas nunca tenha ficado provada. A 27 de Novembro é destituído do cargo. É Eanes quem o vai buscar ao Forte do Alto do Duque, em Monsanto, para o levar para Santarém, onde existia uma prisão para oficiais e onde fica 44 dias. Anos mais tarde, Eanes e Costa Gomes seriam suas testemunhas abonatórias, com depoimentos escritos, no caso das FP-25 (Forças Populares 25 de Abril), uma organização terrorista de extrema-esquerda que operou em Portugal entre 1980 e 1987, da qual Otelio era apontado como líder. A 2 de Março de 1996, o Parlamento aprova uma amnistia para crimes de associação terrorista e o Presidente da República, Mário Soares, fala em "passo no sentido da reconciliação nacional".

Os jornais são proibidos em consequência do estado de sítio decretado na Região Militar de Lisboa, mas no dia 1 de Dezembro de 1975, as últimas linhas do editorial do *Expresso* dão o mote: "Do que o país precisa, para deixar de vez de alimentar os mitos doentios

do regresso do fascismo e para não continuar a viver suspenso das boas ou más intenções do PCP ou das indecisões dos teóricos conselheiros do MFA sobre se haverá ou não uma via original portuguesa para o socialismo, é de acção governativa socializante ("a caminho do socialismo") rápida e de confiança real – de confiança prática, palpável, quotidiana – nos destinos da Pátria. É agora ou nunca, tem-se dito depois do 25 de Novembro. Esperemos que as forças políticas, nomeadamente o MFA e o PCP, estejam conscientes de que tem de ser agora."

Eanes é nomeado Chefe do Estado-Maior do Exército. Nos meses seguintes, dirige o desmantelamento do militarismo revolucionário do PREC: desaparece o exército dos plenários, das moções, das arengas inflamadas, das votações de braço no ar, das barbas e cabelos compridos, dos bandos fardados que mandam em tudo. E acaba por vir a ter uma carreira política fulgurante. Sete meses depois destes acontecimentos é candidato à Presidência da República.

Ainda hoje Ramalho Eanes não compreende "que estigmatizem o 25 de Novembro, porque o 25 de Novembro é a continuação do 25 de Abril, é a reafirmação das promessas feitas pelos militares à população portuguesa."

**«O PRD NÃO É CRIADO POR MIM,
MAS É CRIADO UM POUCO À MINHA
IMAGEM E AVANÇA COM O MEU
BENEPLÁCITO. NA ALTURA DAS
ELEIÇÕES ANTECIPADAS, ESTIMULEI
O PARTIDO PARA AVANÇAR.
FOI UM ERRO. O PARTIDO NÃO
ESTAVA ESTRUTURADO.»**

BELÉM

"Entre viver num país que é o nosso sem liberdade, ou viver num país estrangeiro com liberdade, eu prefiro o país estrangeiro"

António Ramalho Eanes

Escolhido pelo Conselho da Revolução, depois de discussões mais ou menos acesas, em que os nomes de Manuel da Costa Braz ou Pires Veloso também são mencionados – além de haver, no Grupo dos Nove, uma corrente que prefere Costa Gomes –, Ramalho Eanes é candidato às primeiras eleições presidenciais, candidatura anunciada em 14 de Maio de 1976. Afirma, então, que não é o "candidato das Forças Armadas" nem "dos partidos" e que o seu compromisso é "com o povo português".

"As razões pela qual foi escolhido para candidato a Presidente da República foram exactamente as mesmas pelas quais foi incumbido do comando operacional a 25 de Novembro. Era um homem-charneira, capaz de falar com gente variada. Era também um militar sem as insondáveis habilidades de Costa Gomes, nem os fu-

mos bonapartistas de Spínola, ou a irresponsabilidade dos jovens oficiais revolucionários de 1975. Era ainda um homem disciplinado, de vida regular e sóbria, em quem se podia confiar para manter a dignidade condizente com a função presidencial" (Rui Ramos, Observador, 2017).

A situação económico-financeira no final de 1975 é de bradar aos céus, apesar do país estar entre os maiores detentores de reservas de ouro do mundo. Mário Soares, através do seu amigo pessoal Willy Brandt, consegue um encontro de Helmut Schmidt, chanceler da Alemanha, com Salgado Zenha, ministro das Finanças. O Bundesbank acorda emprestar 250 milhões de dólares a Portugal (e daí a uns meses outro tanto, já depois de Mário Soares ter vencido as legislativas, mas antes de ter tomado posse). Pelo meio, a revisão do Pacto MFA-Partidos – desta vez negociada não pelo almirante Rosa Coutinho, mas por Eanes –, a aprovação da Constituição da República Portuguesa, ainda com tiques do PREC, a 2 de Abril, e as primeiras eleições legislativas (25 de Abril de 1976) – que o PS ganha com 34,89% dos votos, 107 dos 263 deputados. Concorrem 14 partidos, cinco ganham assento parlamentar (PS, PSD, CDS, PCP e UDP).

Ramalho Eanes começa por não querer ser candidato. Vasco Rocha Vieira foi um dos que tentou convencê-lo a avançar, horas de conversas, dezenas de argumentos. Eanes continua a achar que é militar, que não

está preparado, que não tem essa ambição. Mas a 27 de Fevereiro, cinco dias depois de dizer, à saída de uma reunião do Conselho da Revolução, "não conto candidatar-me à Presidência da República", Francisco Sá Carneiro, líder do PPD, declara o apoio do partido à candidatura de Eanes. Ou, por outra, diz que o partido está disponível para apoiar três candidatos: Ramalho Eanes, Pires Veloso ou Silva Cardoso.

Em Março, Eanes já afirma: "não está afastada a hipótese de eu ser candidato." Para isso acontecer, no entanto, teria de impor algumas condições, e não lhe parece o momento certo, além de que continua a acreditar que muitos camaradas seus poderiam desempenhar o cargo. "No entanto, não é irrevogável a minha recusa a candidato". Em Abril, fala com mais pormenor sobre aquele que deve ser o perfil do candidato, bem como as qualidades que deve ter um bom governo. Momento decisivo é o convite de Sá Carneiro para um almoço (que tem lugar no Hotel Mundial e ao qual se juntam Rocha Vieira e Aventino Teixeira), no qual pede a Eanes que aceite o seu apoio e que deixe ser o PPD a lançar o seu nome para Presidente da República. Eanes acaba por aceitar, mas recusa a exclusividade. Seguem-se os apoios do PS e do CDS, que vai ter de dizer a Galvão de Melo que, afinal, o seu candidato é outro. "Então não vai ser uma eleição, vai ser um decreto", terá respondido. E não é o único a pensar assim.

Num debate na RTP entre os quatro candidatos à Presidência da República, moderado pelo jornalista Joaquim Letria, Pinheiro de Azevedo também diz que isto parece mais um plebiscito do que eleições. Dias antes tinha afirmado aos jornais: "Ramalho Eanes já tem o passarinho na gaiola, isto está mau". E argumenta: Eanes ser "candidato único, no jogo democrático, na minha opinião, é deixar o jogo democrático seriamente comprometido." Além disso, entende que "a eleição devia ser disputada entre candidatos dos partidos, assim o jogo democrático estava a ganhar e íamos no caminho para estabilizar a democracia", mas "os partidos preferiram actuar de forma que é antide-mocrática".

Além de Pinheiro de Azevedo, candidato independente, e de Eanes, participam no debate Otelo Sarai-va de Carvalho, apoiado pela UDP, MES, FSP e PRP, e Octávio Pato, candidato e dirigente do PCP.

Eanes é o último a usar a palavra, na primeira ronda de perguntas, e esclarece o que o leva a considerar a sua candidatura um imperativo nacional, motivo pelo qual avança: "Creio que o país vive nesta altura uma situação dramática. Estou convencido que ou se reencontra, ou se perde." E continua: "Pode reencontrar-se, mas terá de o fazer na paz, na tranquilidade, no trabalho e na responsabilidade, na justiça generalizada, na segurança, no bem-estar. E tudo isto num ambiente de liberdade, e de liberdade igual para todos.

Para que isto seja viável, eu entendo que é imperativamente necessário conseguir a tal democracia pluralista e é necessário consegui-la com o trabalho de todos. Quando digo todos, falo de civis e falo de militares. Para isso é fundamental que haja um governo que seja suficientemente capaz e eficiente e ainda que haja um Presidente da República que consiga, em certa medida, congregar todas estas forças, mobilizá-las na realização deste projecto. Candidatei-me quando os argumentos foram suficientes para me convencer". Eanes diz ainda que aceitou o apoio dos partidos, "mas fi-lo numa posição suprapartidária. Quando me foi oferecido o apoio, eu aceitei, dizendo que, em contrapartida, não oferecia qualquer compromisso."

Para Eanes, Portugal entra num período em que "é necessário olhar as coisas de frente e com realismo" e "esclarecer os portugueses em relação à situação em que se encontram". Mas esclarece que o projecto para o país "vai ser obra do governo", "executado por todos os portugueses". Para isso, pede que "este governo seja suficientemente honesto", "capazmente realista" e "eficiente". E fala nos interesses dos trabalhadores – "e, para mim, trabalhadores são todos aqueles que vivem do seu trabalho", onde "cabem por direito os próprios empreendedores".

O PCP, derrotado nas legislativas de Abril, ultrapassado pelo CDS, tem Octávio Pato na corrida, o único candidato civil, que insiste em que "os portugueses

votaram numa maioria de esquerda". Ao mesmo tempo acusa Otelo de querer uma ditadura. Otelo defende-se: "Houve um período na história do país em que tive a força toda na mão e podia, pura e simplesmente, ter sido um ditador. Simplesmente, nunca o quis ser." Eanes interfere, com uma espécie de beijo da morte: "Pela amizade que ainda tenho a Otelo, devo dizer isto: é um homem sem sentido ou tendências ditatoriais. Mas é um homem extremamente influenciável e, por ser influenciável, houve uma certa dificuldade em ter uma linha de conduta coerente, que é necessária em qualquer projecto [...]. Precisamente porque é um homem generoso, se o major Otelo fosse eleito, seria uma das primeiras vítimas das forças que nesta altura o apoiam."

Noutra altura, Otelo afirma que "Portugal deve reconstruir o país, mesmo com sacrifício, mesmo com mais horas de trabalho, apertando o cinto, criando a nossa própria riqueza. E não estar à espera que venham empréstimos, que são sempre seguidos de uma dependência do país em relação àqueles que nos emprestam", uma dependência "humilhante". E lembra o auxílio do Plano Marshall ao país e a contrapartida da contenção dos salários.

Pinheiro de Azevedo, acusado de ter dito que chamaria os Estados Unidos para qualquer decisão sobre Portugal, desmente e acrescenta: "Sobre países independentes, isso não há, desapareceram há vários sécu-

los. Todos os países são dependentes, quer queiram, quer não. Os centros de decisão mundial estão cada vez mais fora das fronteiras, nem os Estados Unidos são independentes, quanto mais Portugal. Portugal teve sempre de escolher alianças para sobreviver, foi assim há oito séculos e continua a ser verdade hoje."

Sobre o tema liberdade, Eanes dirá a certa altura: "Entre viver num país que é o nosso sem liberdade, ou viver num país num país estrangeiro com liberdade, eu prefiro o país estrangeiro".

O debate decorre ao longo de quase duas horas (menos quatro minutos), sem atropelos ou crispacões. Hoje, jornalistas e comentadores dariam uma vitória clara a Ramalho Eanes, diriam que foi "muito superior". O que aconteceu foi uma espécie de *knockout*. Pinheiro de Azevedo, que cavou a sua sepultura (14,37%, cerca de menos 100 mil votos do que Otelo), ao dizer que o "povo não tem consciência política", conseguiu, ainda assim, o dobro do votos de Octávio Pato (7,59%).

Mas nem tudo são rosas e a campanha eleitoral decorre com alguns incidentes. Com a sede de campanha no n.º 16 da Avenida da República, em Lisboa, mesmo ao lado do Galeto (e do lado apostado da rua onde mora Vasco Gonçalves), é preciso correr o país e arranjar financiamento. O dinheiro não é problema: "Colocámos à porta uma caixa para as pessoas deixarem dinheiro, tostões", diz ainda incrédulo Garcia dos Santos. E dei-

xavam. "Um dinheirão". Ainda não existia a Lei do Financiamento dos Partidos Políticos e das Campanhas Eleitorais. "Foi preciso falar com empresários e mecenas. Um engenheiro civil de Trás-os-Montes foi o principal financiador, porque não tínhamos dinheiro para nada. Mas no fim pagámos tudo e ainda sobrou dinheiro, que fomos entregar à Assembleia da República" (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

Nesta fase, Henrique Granadeiro já faz parte do círculo mais restrito de Eanes e é ele quem o acompanha no périplo pelo país, sentado no banco de trás do carro, ao lado de Manuela, enquanto faz um resumo oral sobre a terra onde vão parar a seguir para um comício ou uma acção de campanha.

A campanha de 12 dias começa em Alcains, um acto simbólico e um êxito: um tapete de rosmaninho, flores, fanfarra e foguetes, uma faixa com a frase "Eanes, o povo de que nasceste é o mesmo que te apoia", muitos abraços e aplausos.

Muito diferente seria em Ponta Delgada, onde à chegada, já noite, é lançado um petardo sobre a comitiva, enquanto se ouve cantar "a mim não me enganas tu". A certa altura, e perante palavras de ordem, Eanes diz: "Gostaria de saber quem é que lhes pagou para virem cá fazer este barulho."

Mas é no Alentejo que acontece o pior. Em Évora, a terra de Granadeiro, alguém faz mira ao carro onde vai o candidato. Atenta, a segurança antecipa-se e dá-lhe

um tiro. Cai. Eanes, que seguia sentado ao lado do motorista, protagoniza um gesto que ficará para a história: sobe para o tejadilho do carro em andamento, posição de forçado, Granadeiro a segurar-lhe as pernas para não perder o equilíbrio, e atravessa assim, em pose de desafio, o resto do recinto, dando o corpo às balas. "Ou tinha capacidade para dizer que não se pode ter medo, porque se perde a liberdade, ou tinha de acabar a campanha e vir para casa. Um dos homens atirava enquanto corria, não ia conseguir fixar um alvo e disparar, mas a minha mulher ouvia os tiros e puxava-me as pernas, de maneira que arrisquei-me a não apanhar tiro nenhum, mas a cair do carro."

A caravana segue para a Vidigueira, onde é apedrejada, e depois para Beja, onde há confrontos físicos entre manifestantes e as forças de contenção de Eanes. Em Setúbal, a cidade escolhida para o comício de encerramento, a 25 de Junho, mais tiros à saída e só por sorte um não acerta em Eanes de raspão.

No dia 27 de Junho de 1976, Eanes ganha logo na primeira volta, arrecada 61,59% (quase três milhões de votos) e é eleito Presidente da República aos 41 anos de idade, o chefe de Estado português mais novo de sempre.

A PRIMEIRA PRESIDÊNCIA

"Enquanto Soares quer que o elogiem,
Eanes quer que o ajudem a decidir"

Joaquim Aguiar

Quando chega a Belém é preciso reunir uma equipa. Garcia dos Santos é chamado para ser chefe da Casa Militar e Henrique Granadeiro para chefe da Casa Civil. Ao primeiro cabe representar o Presidente da República sempre que este o determine, e assegurar a ligação com as autoridades militares. Ao segundo cabe assegurar a coordenação administrativa e financeira dos órgãos e serviços da Presidência da República e evitar crises, a começar pela sala de visitas, além de gerir os assessores para as diversas áreas: jurídica, política, económica, laboral. Toda a orgânica, incluindo o gabinete pessoal de Ramalho Eanes – chefe de gabinete, adjunto e três secretárias –, é desenhada por Joaquim Aguiar (assessor de análise política).

O facto de Ramalho Eanes ser cabeça máxima de três poderes obriga a muita elasticidade e a alguma logística. O casal Eanes continua a morar no bairro

Madre de Deus, em Lisboa, para onde se mudou quando casou, uma pequena vivenda com jardim perto da casa do pai de Manuela. "Havia sempre gente a fazer reivindicações e mesmo muita gente vinha para a porta de nossa casa. A gota de água, para mim, foi um dia em que, logo de manhã, aparece uma mulher com uma criança pequena e me diz que está ali desde as seis da manhã. Mande-i-a entrar e dei-lhe o pequeno-almoço. A certa altura, com o miúdo a assistir a tudo, ajoelha-se e desata a chorar e a pedir-me perdão. Por acaso, deu-lhe para aquilo, mas eu só pensava: 'E se fosse uma louca que entrasse por aqui com uma arma e desatasse aos tiros?' Nós não tínhamos segurança nenhuma" (*Ramalho Eanes, O Último General, 2017*).

Está na altura de mudar. O estado de conservação do Palacete de Belém, no entanto, é mau. Habitado por Costa Gomes até às presidenciais, precisava de intervenção profunda, não apenas para servir de residência, do Presidente e do pessoal que vivia nas instalações, mas também para instalar os diversos gabinetes. As obras demoram os quatro anos seguintes, e incluem fazer de raiz um centro de documentação e arquivo, instalar o Museu da Presidência, recuperar o Pátio das Damas e jardins.

O primeiro acto oficial de Eanes é dar posse ao I Governo Constitucional, que sai das eleições de Abril, liderado por Mário Soares, que recusa alianças com outros partidos. Eanes não é apenas Presidente da

República, é também Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas e Presidente do Conselho da Revolução. Como escreve Rui Ramos, "provavelmente, nenhum Presidente da República desde Sidónio Pais acumulou tanto poder como Eanes [...]. Como Presidente, podia demitir e nomear governos e dissolver a Assembleia da República. Como Presidente do Conselho da Revolução, podia vetar as leis aprovadas na Assembleia da República. Para alguns militares, o presidencialismo militar foi uma maneira de preservarem um destaque político a que se haviam habituado depois do 25 de Abril de 1974. Mas atraiu também muitos dos membros da nova classe política democrática. Portugal viveu, depois de 1976, um tempo de ressaca: ressaca da revolução, mas também ressaca de um crescimento económico que perdera, desde 1974, o fulgor que tivera nos anos anteriores. Esta foi a época da maior inflação na Europa ocidental desde os anos 20, com uma crise do petróleo pelo meio. Em Portugal, a economia havia sido desestruturada pela revolução, a população aumentara com os retornados, e os desequilíbrios recorrentes impuseram duas intervenções do FMI, em 1978 e em 1983. A entrada na CEE ameaçava nunca mais passar de uma longa espera. O esquerdismo, em agonia, era então uma fonte de terrorismo ("luta armada") — em Portugal através das FP-25. Ainda ninguém tinha a certeza de que a democracia pudesse durar" (Rui Ramos, Observador, 2017).

Eanes está atento a tudo, há quem diga que se mete em tudo, e isso inclui o trabalho do governo. Antes já tinha avisado: "O governo terá de trabalhar em sintonia perfeita com o Presidente da República. [...] Se eu for eleito, vou manter um contacto estreito com o governo, de tal maneira que, em conjunto, possamos mais rapidamente e mais ajustadamente encontrar as soluções para resolver a situação dramática em que nos encontramos." Eanes não tinha dúvidas de que o poder não estava apenas no governo e na Assembleia da República, mas também nos tribunais e no Presidente da República. E não temia usá-lo, no que ao Presidente dizia respeito.

O Alentejo está nas mãos do Partido Comunista Português, que está na direcção de todos os serviços, manda nas ruas, faz policiamento público, controla preços. É um Estado dentro do Estado. António Barreto é ministro da Agricultura e Pescas e tem a missão de resolver as coisas, pôr fim às ocupações da "Reforma Agrária", feita sob o lema "a terra a quem a trabalha". A lei anterior permitia que os proprietários de mil hectares ficassem com 200 hectares para si, mas de resto tira-lhes tudo, até a roupa. O esbulho é total. O ministro trabalha naquela que ficará conhecida como a "Lei Barreto", e Eanes está a par de todas as manobras, incluindo a utilização de jipes, metralhadoras, chaimites e... balas de borracha a substituir o fogo real. Quanto maior a demonstração de

força – e a região ficava a saber que as Forças Armadas estavam com o regime –, mais o PCP recuava.

"Os ocupantes, em geral, quiseram demonstrar a sua 'superioridade', por isso semearam o mais possível, mesmo com riscos de não fazer os pousios adequados, o que causou problemas. [...] É preciso ter em conta o facto de o Alentejo ter condições muito especiais e ser terra de sequeiro. O montado é seguramente a fórmula ideal, tanto económica como ecologicamente, para cultivar aquelas terras. Os ocupantes de 1975 fizeram, nalguns casos, tantos disparates quanto a Campanha do Trigo dos anos 20 e 30 dos idos de Salazar. [...] Os erros e os princípios políticos da primeira reforma agrária, de carácter colectivista e comunista, destruíram qualquer hipótese de levar a cabo uma reforma agrária verdadeira. [...] A maior parte do eleitorado em Portugal, mais de 85% da população, não queria aquilo. O Alentejo ocupado era território que escapava à Administração Pública e à democracia. O PCP usava o Alentejo como um desafio à autoridade do Estado democrático", conta António Barreto (*Jornal de Negócios*, 2010).

Eanes também acompanha de perto a crise económica. A convite de Mário Soares, Artur Santos Silva e Vítor Constâncio são vice-governadores do Banco de Portugal, que gere as reservas nacionais. Que propõe nesta altura medidas de contenção do consumo e quer dar competitividade às exportações. Mas o governo é

minoritário e bastante impopular, não tem o apoio do Parlamento. É quando Santos Silva se demite que Eanes o convida para almoçar (e paga a conta com o dinheiro que retira do ordenado de Chefe do Estado-Maior do Exército e põe de parte para pagar despesas oficiais), para se inteirar destas matérias. "Era uma pessoa com grande vontade de saber e com muito bom senso, muita sabedoria a este nível", recorda anos depois.

Este é um dos traços que o caracteriza. Eanes sempre gostou de ouvir, sobretudo para poder decidir. Todos os aniversários cabia a um dos amigos do Presidente discursar. Desta feita, calha a Joaquim Aguiar, que resolve contar uma piada: "Um cidadão da Guarda queria muito ter um papagaio. E tinha um amigo, embarcadiço, a quem pede para trazer de África um papagaio. O amigo nunca mais se lembra do assunto, a não ser quando chega a Lisboa. Vai ao Arsenal do Alfeite e compra um mocho, que leva para a Guarda e dá ao amigo. Um ano mais tarde, o embarcadiço regressa a caso do amigo e pergunta-lhe: "Então, o papagaio já fala?" Ao que o amigo responde: "Ele falar não fala, mas olha para mim com tanta atenção que vê-se mesmo que quer aprender" (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

Joaquim Aguiar, que além de assessor político de Eanes foi assessor político de Soares anos mais tarde, explica que só se atreveu a contar a anedota porque Eanes tem o *olhar de mocho*, de alguém que quer apren-

der, mas também o sentido de humor para encaixar a história. Nunca toma estas atitudes como uma afronta, mas sim como um desafio comum, que é isso que pretendem ser. "Enquanto Soares quer que o elogiem, Eanes quer que o ajudem a decidir. Nas reuniões na casa civil, nunca dizia nem o que queria nem qual a conclusão a que chegava. E não queria que as pessoas fizessem reuniões prévias para preparar as reuniões com o Presidente, queria que dissessem espontaneamente aquilo que pensavam. Era assim que interpretava o sentimento. Eu, que estava habituado a reuniões em empresas, onde o trabalho prévio é sempre muito importante para evitar perdas de tempo, achava fantástico. [...] E penso que isso foi útil" (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

O governo dura menos de dois anos e cai a 30 de Janeiro de 1978, dias depois do aniversário de Eanes, quando Mários Soares, contra a opinião de outras personalidades do PS, decide apresentar uma moção de confiança, que é rejeitada. No ano anterior, no discurso do 25 de Abril, Ramalho Eanes já tinha advertido a governação socialista: a população está frustrada. Sá Carneiro aproveita a fragilidade e tenta influenciar Eanes. Quer convencê-lo a escolher um governo de salvação nacional. Mas Ramalho Eanes, habituado a lidar com conflitos e crises, a ouvir os partidos, pelo menos, de dois em dois meses, obriga o primeiro-ministro exonerado a negociar e a aceitar uma coligação.

Inicialmente, Soares tenta um entendimento com o PSD, que se mostra irreductível. O PCP de Álvaro Cunhal era impensável, os partidos estão de candeias às avessas. Quando Soares comunica a Eanes que está sem alternativas, é o Presidente que sugere a Mário Soares procurar uma aproximação com o CDS.

Com o Fundo Monetário Internacional à pega – a primeira intervenção do FMI acontece em 1977, num período em que o país regista uma taxa de desemprego superior a 7%, os bens estão racionados, a inflação chega aos 20% e o escudo não vale um centavo –, Eanes quer tudo menos mais instabilidade.

Para Soares, a ideia de partilhar decisões de austeridade com outro partido tem vantagens e chega a acordo com Freitas do Amaral. O II Governo Constitucional toma posse a 23 de Janeiro de 1978 (dezanove ministros, dos quais três democratas-cristãos e quatro independentes), mas a fricção entre PS e CDS é tanta que o governo dura apenas sete meses.

É em 1977 que nasce o segundo filho do casal Eanes, Miguel. "Um filho é sempre uma dádiva de Deus. Mas há momentos em que essa dádiva se potencia e julgo que se potenciou naquele caso. Numa situação de grandes dificuldades, de grande tensão, de grandes problemas, o aparecimento do miúdo era de alguma maneira um estímulo para quando chegava a casa me libertar desses problemas. Foi muito gratificante até nessa perspectiva", diz Eanes (RTP, 1993).

Miguel, o bebé da presidência, foi, como todos os miúdos, protagonista de diversos episódios, um deles na visita oficial ao Reino Unido, que Manuela Eanes recorda com carinho. "O Miguel era bebé, nós estávamos a arranjar-nos para o jantar oficial, e vêm dizer-nos que a princesa Ana também quer falar-me. Era exactamente para me mostrar o bebé dela, quase da mesma idade do Miguel [um é de Outubro, o outro de Novembro]. Havia aquela imagem da princesa Ana como uma pessoa fria, austera, distante, mas ela teve este gesto bonito de me vir mostrar o filho [Peter Phillips]."

OS TRÊS GOVERNOS DE INICIATIVA PRESIDENCIAL

"Não estávamos em tempo
de confronto com os partidos"

António Ramalho Eanes

A 1 de Agosto de 1978, Eanes faz uma comunicação ao país e submete duas alternativas à consideração dos partidos: a viabilização de um acordo com incidência parlamentar ou a formação de um governo que, em coexistência com a Assembleia da República, tivesse a confiança do Presidente e respeitasse os partidos políticos no quadro constitucional. Fracassam as tentativas de um acordo interpartidário e Ramalho Eanes decide-se pela apresentação de um governo de sua iniciativa. Abre-se um novo ciclo.

A escolha, talvez por sugestão do advogado e grande amigo Miguel Galvão Teles, recai sobre Alfredo Nobre da Costa (tinha sido ministro da Indústria e Tecnologia no I Governo Constitucional, como independente) que, numa primeira fase, tenta em vão formar um executivo onde coabitassem dois ou três ministros

de cada partido, uma tarefa impossível, desde logo porque ninguém queria ficar com a pasta das Finanças e todos queriam ficar com a pasta dos Negócios Estrangeiros.

A estratégia seguinte passa por formar um governo só com independentes e, para isso, o futuro primeiro-ministro pede a ajuda de "Xis", como Nobre da Costa chamava a Ricardo Bayão Horta, de quem tinha sido director na Siderurgia Nacional. Foi no Forte do Catalazete, em Oeiras, que os nomes foram sendo ponderados, postos de lado e incluídos na lista dos que formariam governo.

Sá Carneiro e Soares não se entendem, Cunhal não concorda com o caminho que se está a fazer, a UDP, com apenas um deputado, não conta para nada. O III Governo Constitucional dura 86 dias (29 de Agosto a 22 de Novembro de 1978), depois de o PS apresentar uma moção de rejeição do programa do governo que foi aprovada.

Num testemunho, Ramalho Eanes relembra esses dias: "Nobre da Costa mostrou sempre disponibilidade para continuar, mas isso implicaria um confronto aberto com o PS, e nós, naquela altura, não estávamos em tempo de confronto com os partidos, estávamos numa fase de consolidação, de estabelecimento de uma relação política com a sociedade. Essa solução implicaria que Nobre da Costa se apresentasse segunda vez, arriscando uma recusa da Assembleia da República,

o que era provável. Depois disso, o Presidente ficava com duas hipóteses de acção: nomeava esse governo uma terceira vez e, se a Assembleia da República o recusasse, o Parlamento era automaticamente dissolvido, o que potenciaria muito a conflitualidade política, ou convocava eleições, o que era indesejável, porque não havia lei eleitoral vigente e o recenseamento eleitoral não estava feito. Entendi, assim, que seria prudente não adoptar essa solução e resolvi, numa intervenção pública, apresentar aquelas quatro alternativas: a primeira era os partidos dialogarem entre si e constituírem uma coligação que propiciasse um governo com uma maioria estável e coerente; se os partidos entendessem que isso não era possível, nomearia um membro do PS ou do PSD. Na altura, sugeri os nomes de Salgado Zenha e Barbosa de Melo, que se desvinculariam do partido para constituírem um governo com elementos partidários e elementos independentes, uma solução que seria temporária, que subsistiria enquanto os partidos não encontrassem uma coligação natural ou, se entendessem não participar nesse governo, deixá-lo funcionar até ao fim da legislatura; a terceira hipótese era apresentar uma personalidade independente que teria por missão constituir um governo em diálogo com os partidos políticos, mas essa solução seria sempre, na minha opinião, uma solução temporária, porque logo que houvesse uma solução partidária, esse governo seria substituído; quanto à

quarta alternativa, se não houvesse acordo porque se tinha revelado impossível implementar as soluções anteriores, nomearia um governo para preparar a Lei Eleitoral e fazer o recenseamento e, a seguir, convocaria eleições antecipadas. Os partidos, depois de longas conversas, com avanços e recuos, acabaram por dizer que, dada a situação exigente, a terceira opção seria a mais viável. O PCP aceitou com relutância, acrescentando que dependia da pessoa escolhida, do programa que apresentasse e do diálogo que mantivesse com o PCP. A UDP manteve-se sempre à margem deste processo, foi consultada mas nunca aceitou nenhuma das soluções [...]. Devo confessar, também, que quando resolvi o professor Mota Pinto e o apresentei aos partidos políticos, o nome não gerou uma concordância completa por parte de nenhum deles, todos colocaram reticências. O PSD entendia que era um dissidente, o PS não mostrou grande entusiasmo, o CDS, apesar de tudo, concordou, as discordâncias foram menores, e o PCP manifestou grandes reservas."

Há outros nomes na manga, alguns apresentados pelos partidos, como Ferrer Correia ou Vitorino Magalhães Godinho. Mas um documento de António Macedo de Almeida, assessor jurídico de Eanes, que tinha sido aluno de Mota Pinto, terá sido decisivo. PS e PSD comprometem-se a não bloquear a solução no Parlamento e Mota Pinto tem carta branca para escolher os membros do seu executivo.

"Nada era simples, como se pode constatar pela acidentada vida de um dos governos de iniciativa presidencial, o de Carlos Mota Pinto, em 1978-1979. Mota Pinto apresentou talvez o mais radical programa de reformas até então. O PCP encarou-o como a maior ameaça da 'reacção' desde 1974. Mas Mota Pinto tinha sido um antigo militante do PPD, donde saíra em divergência com Sá Carneiro. A sua escolha pareceu por isso a Sá Carneiro uma manobra malévola para desestruturar o PSD. E a atitude perante o governo de Mota Pinto inspirou, de facto, a maior cisão de sempre de um partido político em Portugal, quando, em Abril de 1979, quase metade da bancada parlamentar do PSD abandonou o partido" (Rui Ramos, Observador, 2017).

Em Março, o PSD rejeita o programa de Mota Pinto e Sá Carneiro exige a demissão do governo. Eanes não cede à pressão e o líder do PSD quase se volta para Soares. O PS garante que está pronto para formar governo, mas Eanes prefere dissolver a Assembleia da República. Semanas depois, a 6 de Junho de 1979, Mota Pinto pede demissão, perante a obstrução permanente da Assembleia da República. É exonerado a 11 de Junho.

Segue-se nova ronda de audições dos partidos, com o PSD a opor-se a um novo governo de iniciativa do Presidente. Daí a um ano haverá novas eleições presidenciais e o apoio a uma eventual recandidatura de Eanes à Presidência da República serve de ameaça. Do

lado do PSD é Ângelo Correia que fala com Eanes: "Não vamos apoiar o seu governo e estamos à espera de eleições." Eanes explica que só há duas soluções: militar (fora de causa) ou jurídica (alguém com uma percepção quase religiosa da política). E atira o nome de Maria de Lourdes Pintasilgo, que presidiu à Juventude Universitária Católica Feminina e foi designada pelo Papa Paulo VI representante da Igreja Católica num grupo de ligação ecuménica com o Conselho Mundial das Igrejas. Engenheira Química, embaixadora junto da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, é a segunda mulher a desempenhar o cargo de primeira-ministra na Europa, dois meses depois da tomada de posse de Margaret Thatcher, no Reino Unido. As confederações (da agricultura, da indústria e do comércio e serviços) também estão contra a mais um governo deste tipo.

O V Governo Constitucional toma posse a 1 de Agosto de 1979, é um governo a prazo, incumbido de preparar as eleições legislativas intercalares, marcadas para 2 de Dezembro desse ano.

A recém-formada Aliança Democrática (constituída pelo PSD, CDS e PPM) vence as legislativas com 45,26% e consegue maioria absoluta na Assembleia da República, com 128 dos 250 deputados. Francisco Sá Carneiro é nomeado primeiro-ministro e as divergências com Ramalho Eanes sobem de tom. Pior que isso só a devassa da vida privada do líder do PSD, com

a sua relação com Snu Abecassis a fazer as manchetes dos jornais, numa altura em que divórcio era uma palavra proibida (apesar de estar previsto na lei desde 3 de Novembro de 1910, menos de um mês depois da Revolução Republicana, continuava a ser repudiado e não aceite pela Igreja Católica).

CAMARATE E A SEGUNDA PRESIDÊNCIA

"Vomitei o Eanes!"

Mário Soares

A primeira mudança na estrutura orgânica da Presidência da República acontece ainda em 1979, quando Henrique Granadeiro leva "um chuto no rabo para cima" e vai para a OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) para evitar estragos maiores – tinha começado a entrar em autogestão, estava imparável. É substituído por Fernando Reino, que está como embaixador em Oslo. "Desde o princípio me convenci de que o general Ramalho Eanes me tinha convidado, além do convívio que tínhamos, pelo facto de eu ter uma relação especial com Mário Soares, porque Soares era essencial para a sua reeleição" (mas não foi).

A 5 de Outubro de 1980, ainda antes da eleições para a Presidência da República, haverá novas eleições legislativas (uma determinação legal). Concorrem às eleições 14 partidos e coligações, nove ganham assen-

to parlamentar e a AD obtém maioria absoluta, desta vez com 134 deputados. Dois meses depois, a 7 de Dezembro, é a vez das presidenciais. Francisco Sá Carneiro tem um objectivo: "Uma maioria, um governo, um presidente".

Eanes também já pensava no segundo mandato e no início de Setembro anuncia que é candidato. Um dia, sem dizer nada a ninguém, desafia João Botequilha – que tinha feito a reestruturação da Presidência e do Ministério dos Negócios Estrangeiros –, para director de campanha. Ele aceita com uma condição, a de ter consigo Miguel Caetano, filho de Marcello Caetano e seu amigo. Durante três meses, 24 horas por dia e sete dias por semana, a equipa dedica-se em exclusivo à CNARPE – Comissão Nacional de Apoio à Reelection do Presidente Eanes. A ideia é privilegiar o contacto com a população. Eanes divide o tempo entre as obrigações de Presidente em funções e a agenda dos comícios. Desta vez, como notaria Garcia dos Santos, "há dinheiro em barda" (até uma verba de 35 mil contos para imprevistos), embora Botequilha ordenasse contenção.

A campanha é exigente a nível psicológico, mas também em termos físicos. Eanes chega ao último dia de campanha com as costas quase em carne viva de tantas manifestações de carinho, tanta palmada, tanto abraço. João Botequilha testemunha: "O general Eanes chegava a casa perfeitamente amarrotado, cheio

de nódoas negras. Os abraços que as pessoas dão com frenesim ferem. O Eanes não desistia de ir a todas. Uma vez, tivemos de dizer: agora fala o coordenador da campanha, o senhor não vai. A Manuela queria ir a Viseu, por causa do bispo, ele já não podia mais. Ela era uma grande comunicadora e envolvia-se."

Manuela Eanes diz que as campanhas eram embriagantes. "Uma vez, em Peniche, um grupo de homens e mulheres reivindicava alguma coisa com gritos e palavras. O António seguia, impávido. E, a certa altura, uma mulher chega-se perto e grita mais alto: 'Responde, meu sacana!' Outra vez, um homem ameaça o António com 'uma carga de porrada'. E ele não faz mais nada, convida-o para almoçar. E almoçaram.'" (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

Além disso, a comissão política é uma trapalhada, mistura gente como Maria de Lourdes Pintasilgo, Vítor Constâncio, Salgado Zenha, Magalhães Mota, Nobre da Costa, Ricardo Sá Fernandes ou Medeiros Ferreira. Todos tinham opiniões sobre tudo. A CNAR-PE era uma multidão e é aí que Ana Gomes aceita o desafio de Sá Fernandes para se juntar ao gabinete de juristas que dá apoio à candidatura e conhece Eanes. Dois anos depois seria sua consultora diplomática.

Eanes conta com o apoio do PS e também do PCTP/MRPP, de Arnaldo de Matos, que conhece desde os tempos de Macau. Ou contava. O apoio, anunciado em Agosto, sofre um revés. A vitória de Sá Carneiro nas

legislativas está a ser difícil de digerir pelos socialistas. Quando, depois das eleições, Ramalho Eanes, numa tentativa de aproximação, afirma numa entrevista: "Identifico-me com a social-democracia e o socialismo democrático". Soares usa a declaração como pretexto para desfazer o compromisso assumido e escreve uma carta a Eanes a acusá-lo de traição. Faltam dois meses para as eleições e Salgado Zenha considera a ruptura irresponsável. O PS divide-se.

"Em casa, Soares recuperava de uma gripalhada: 'Tinha estado sempre a pensar naquilo e depois, ao fazer a barba, eu disse para mim: Não posso de maneira nenhuma apoiar este gajo. Porque eu não sou de ressentimentos, mas sou emocional. Quando não gosto, não gosto. E, portanto, eu disse de repente: O que é que eu estou a fazer? Como é que vou apoiar este cabrão? Vomitei o Eanes. Eu olhava para o espelho e dizia: Posso ou não posso apoiar este gajo? Não posso. Pronto, acabou. E disse só à minha mulher.'" (*Mário Soares, Uma Vida*, Joaquim Vieira, 2013).

A Comissão do PS decide, por maioria, manter o apoio à candidatura e Eanes, e Soares auto-suspende-se da função de secretário-geral do partido e ameaça demitir-se (e, contra tudo e contra todas, chega a convidar Vasco Lourenço para candidato presidencial do PS).

As relações entre o Presidente da República e o primeiro-ministro estão de tal maneira tensas que

Sá Carneiro ameaça deixar o governo caso Eanes seja reeleito. O PSD, que tinha estado na linha da frente no apoio a Eanes nas primeiras eleições, escolhe agora outro candidato. "Soares Carneiro era o candidato da AD, escolha feita em Abril e oficializada em Julho 1980. Havia outros nomes, como o de Firmino Miguel. Tem enorme dificuldade em dizer que não, mas ainda maior em dizer que sim", escreve Balsemão nas suas memórias.

"As relações políticas entre Eanes e Sá Carneiro nunca foram amenas desde a nossa tomada de posse. Pelo contrário, foram sempre formais e, por vezes, tensas. A primeira crise ocorreu logo em Março de 1980, quando alguns jornais de direita noticiaram a hipótese de um "pronunciamento militar", com consequente demissão do governo, no qual estavam envolvidos membros do Conselho da Revolução e outros elementos das Forças Armadas. O primeiro-ministro tentou falar com o Presidente da República (e Presidente do Conselho da Revolução) e não o conseguiu imediatamente. A reunião já marcada do Conselho e Ministros para os Assuntos Económicos foi transformada em plenário de urgência do executivo. Entrou-se numa escalada verbal, com cartas extensíssimas de parte a parte, onde são abordados pormenores concretos da crise que então surgiu, mas também aspectos mais genéricos, como a quem compete a investigação num caso destes ou o que é ou não é a solidariedades institucio-

nal. As quatro cartas trocadas em Março de 1980, duas de Eanes, duas de Sá Carneiro, das quais, como habitualmente, recebi cópias, e que totalizavam 41 densas páginas (23 escritas pelo Presidente da República e 18 pelo primeiro-ministro), revelam um mal-estar e uma falta de confiança entre os dois estadistas que, ao longo dos meses, haveria de se agravar, com a aproximação das eleições presidenciais de Dezembro. Numa dessas cartas, o primeiro-ministro ainda propõe que os chefes de gabinete assistam e façam a acta da reunião semanal, mas o Presidente da República não aceita. Um sector do Conselho da Revolução e o PCP, que insistia nas greves, não apreciava a subida nas sondagens da Aliança Democrática e de Francisco Sá Carneiro" (*Memórias*, Francisco Pinto Balsemão, 2021).

Faltam três dias para as eleições presidenciais e acontece o impensável: o *Cessna* onde viaja Sá Carneiro, a sua mulher, Snu Abecassis, o ministro da Defesa, Adelino Amaro da Costa (que oferece boleia ao primeiro-ministro), o chefe de gabinete de Sá Carneiro, António Patrício Gouveia, e os dois pilotos, despenha-se no bairro das Fontainhas, em Camarate, depois de descolar a caminho do Porto, onde a AD fazia o comício de encerramento da campanha.

É de noite. Eanes também está em campanha – estão todos –, percorre a margem Sul, com jantar comício marcado para Setúbal e comício de encerramento no Rossio, em Lisboa. Joaquim Letria, que tinha vindo

mais cedo para verificar o local, cruza-se com um jornalista espanhol, Ramón Font, que lhe dá a notícia. Corre para a sede, na Avenida da Liberdade – onde muita gente se ia juntando, com gritos de "Vitória! Vitória!" –, para dali avisar Eanes.

Eanes está no restaurante em Setúbal quando ouve a notícia na televisão. Como todos os portugueses fica abananado, incrédulo. São feitos alguns telefonemas rápidos a partir dali e canceladas imediatamente todas as acções de campanha. O Presidente candidato regressa a Lisboa, direito a Belém, onde já estava Fernando Reino a receber as primeiras pessoas e os primeiros telefonemas que chegavam à Presidência da República para prestar condolências.

O dia do funeral é medonho. "Assassino!", gritam a Eanes. O ambiente nos Jerónimos é violento e registam-se diversos incidentes, sobretudo quando, no final, o Presidente quer apresentar os pêsames à família. Por pouco não é agredido e tem de ser enfiado no carro à força. Fernando Reino nunca tinha visto Eanes assim. De volta a Belém, já escuro, "estava num estado de nervos terrível e, quando se sentou, as pernas tremiam". Sugere-lhe um passeio pelo jardim e andam às voltas para aliviar a tensão. Eanes, emocionado, succumbe e fala da relação com Sá Carneiro até às tantas da madrugada.

Demorará tempo a processar a morte. "Sá Carneiro tinha outras responsabilidades, eu fui obrigado a jurar

uma Constituição – e até disse que era demasiado rígida, um colete de forças para o país –, tinha de cumprir e fazer cumprir. Sá Carneiro era ousado, rápido. Tivemos períodos de entendimento e desentendimento. A relação só piora depois da AD, ele queria tudo, uma nova Constituição era uma nova República". Além de tudo, persiste a dúvida: acidente ou atentado? Anos depois, comissão de inquérito atrás de comissão de inquérito, "sou obrigado a concluir que foi um acidente", dirá Eanes, que sempre abominou o aproveitamento político da questão: "Sá Carneiro e os seus companheiros são património do país, não deve haver aproveitamento político. E os mortos merecem o mesmo respeito."

No meio do torpor era preciso tomar decisões, uma delas de grande importância política (e social): manter ou adiar as eleições de 7 de Dezembro? Depois de muitas discussões, depois de ouvidas muitas pessoas, umas mais envolvidas do que outras, o veredicto: avança tudo como programado. Eanes acredita que os portugueses já têm definido o seu sentido de voto e não é o trágico acidente que vai mudar o rumo das coisas. Resultado: Ramalho Eanes ganha com 56,44% dos votos, Soares Carneiro consegue 40,23% – concorrem ainda Otelo Saraiva de Carvalho (1,49%), Galvão de Melo (0,84%), Pires Veloso (0,78%) e Aires Rodrigues (0,22%). Carlos Brito, inicialmente candidato do PCP, desiste a favor de Eanes a meio da campanha.

Ao contrário das primeiras eleições presidenciais, há uma cisão clara do país: Eanes tem mais votos a sul, Soares Carneiro no interior norte e nos distritos de Leiria, Aveiro e Viana do Castelo.

AS CONVERSAS GRAVADAS E A REVISÃO CONSTITUCIONAL

"Eanes tinha a tentação, que nunca perdeu, de desempenhar um papel na política externa"

Francisco Pinto Balsemão

Eanes toma posse a 14 de Janeiro de 1981. "Sou um homem de missão e a missão do primeiro mandato foi muito mais interessante do que no segundo", dirá dez anos depois. Mas agora, no discurso de 30 minutos, fala em "solidariedade institucional", estabilidade, progresso, justiça, tolerância: "O Presidente da República não ultrapassará poderes, mas jamais prescindirá dos seus." Parece que antecipa o que aí vem.

Mário Soares queria voltar às boas relações com Eanes e pede ajuda a António Macedo, fundador e presidente do PS, que congemma um plano com Fernando Reino para forçar um encontro entre os dois. Passam poucos dias das eleições presidenciais quando Maria Manuel Rabaça, secretária pessoal de Ramalho Eanes, lhe dá a notícia: "Senhor presidente, o António Macedo e o Soares estamparam-se de carro e estão a morrer!" Segundo o telefonema que tinha recebido de um

polícia, o acidente deu-se quando estavam a caminho de Belém. Maria Manuel Rabaça até foi confirmar a informação, porque não tinha nota de nenhuma reunião na agenda do Presidente. Nem podia ter.

Fernando Reino mete-se no automóvel e é o primeiro a chegar ao Hospital Particular. Um pouco depois chega Eanes. E foi este o resultado de um encontro que nunca chegou a acontecer, dois dias de internamento para Mário Soares apenas por precaução médica, uma fractura exposta e mais umas complicações para António Macedo. Fernando Reino ficou sempre com imensa pena de não ter conseguido uma aproximação entre Eanes e Soares, mas mais tarde percebeu que eram pessoas muito diferentes, "nunca podiam ser amigos".

O mundo está em ebulição e vive-se uma das fases de maior crispação da Guerra Fria, depois da invasão soviética do Afeganistão. A Grécia torna-se oficialmente um Estado-membro da CEE, Ronald Reagan toma posse como presidente dos Estados Unidos, é criado o movimento nacional contra a instalação de armas nucleares em Portugal, influenciado pelo PCP, e a juventude socialista colabora nos protestos contra o rearmamento nuclear; 200 membros da Guardia Civil entram no parlamento espanhol num ataque à democracia, o Papa João Paulo II é vítima de um atentado, Diana Spencer e Carlos, príncipe de Gales, casam no Reino Unido, um vaivém espacial (*Columbia*)

faz o primeiro voo, há um golpe militar comunista na Polónia e é imposta a lei marcial.

Com a morte de Sá Carneiro, o PSD embrenha-se em quinze dias de lutas internas pelo poder. A 9 de Dezembro, Diogo Freitas do Amaral, primeiro-ministro interino, apresenta a demissão. A influência de Alberto João Jardim e Mota Amaral terá sido decisiva para a escolha de Balsemão, que assume o governo a 5 de Janeiro de 1981. "O termómetro das minhas relações com o Presidente da República foi oscilando entre o razoavelmente quente, o predominantemente morno e o muito frio. Parecia que, quando Eanes entendia que eu estava a ganhar força e poder, procurava arranjar questões ou obstáculos que me complicassem a vida e/ou me enfraquecessem. [...] Nunca nos exaltámos, nunca berrámos, nunca nos zangámos e, hoje, passados quase 50 anos, mantemos em relacionamento não íntimo, mas afável, facilitado pelos frequentes contactos entre a Tita e Manuela Eanes e por alguma proximidade dos meus filhos Francisco Maria e Francisco Pedro com Manuel Eanes, filho do casal Eanes, que tem construído uma excelente carreira profissional" (*Memórias*, Francisco Pinto Balsemão, 2021).

No final de 1981 os tempos já não estão fáceis. Francisco Pinto Balsemão acredita que Eanes quer travar a revisão constitucional. Antes do Natal, o primeiro-ministro é atacado com pedradas e ovos por manifestantes comunistas, no Porto. As coisas pioram a par-

tir de 1982, quando o governo é remodelado a meio do ano. No discurso de tomada de posse dos novos membros do executivo, Eanes não se cala: "Como tive oportunidade de dizer ao senhor primeiro-ministro, não considero que a remodelação que me propôs seja a mais adequada nos planos operacional, político e institucional." Mas, para evitar quaisquer obstáculos que pudessem perturbar o processo de revisão constitucional, que já ia adiantado, aceitou.

É mais ou menos neste ambiente que se dá o estranho caso das cassetes ou dos gravadores (não admira que existam diferentes versões da história). "Chego a Belém, à hora habitual da reunião semanal. Sou rapidamente introduzido no gabinete de trabalho do Presidente pelo assessor que me aguardava à porta. Cumprimento Eanes, dirijo-me para a cadeira que habitualmente ocupava, que era em frente à cadeira dele. Até aí, tudo normal e rotineiro, mas qual não é o meu espanto quando vejo dois enormes gravadores em cima da mesa rectangular que nos separava. Com toda a franqueza, não me passou pela cabeça por que razão ali estariam e acho que até gracejei: 'Para que é isto? Vamos fazer um programa e rádio? Quem entrevista quem?' Eanes faz aquela cara de pau que ele sabe fazer quando está zangado ou quando, recorrendo às suas táticas de psicólogo encartado, quer que os outros pensem que está zangado, e disse-me que eu relatava a outras pessoas e aos média partes das nossas reuniões

que não correspondiam ao que se havia efectivamente passado e que, sendo assim, entendia que, para defesa dele e até para minha defesa, devíamos gravá-las e ficar cada um com uma cassette, para o que desse e viesse. Fiquei chocado, magoado e furioso e disse-lho: chocado, porque esta metodologia ultrapassava os limites das regras mínimas por ele tão apregoadas de solidariedades institucional, magoada, porque a desconfiança assim manifestada me feria no plano pessoal; furioso, porque a nova metodologia proposta ultrapassava negativamente os métodos de trabalho a que estava habituado e que tinha praticado toda a minha vida. Ele não cedeu e a discussão ficou por ali. Desde essa reunião e durante dois ou três meses, lá estavam os gravadores quando eu chegava. Nunca lhes toquei, o trabalho técnico era todo realizado pelo Presidente da República, incluindo a mudança para novas cassetes, quando as primeiras chegavam ao fim, porque as reuniões eram longas. No princípio de cada reunião, quando os gravadores começavam a funcionar, eu fazia sempre a mesma declaração que era mais ou menos isto: 'Não concordo com esta metodologia de gravar as reuniões entre o Presidente da República e o primeiro-ministro. Acho que ofende a solidariedade e a confiança entre os dois, mas é o senhor Presidente que quer proceder às gravações. Eu nada tenho a esconder do que aqui se diga.' (*Memórias*, Francisco Pinto Balsemão, 2021).

No livro *Ramalho Eanes, O Último General*, os factos são descritos assim por Diogo Freitas do Amaral: "Há uma fase em que Balsemão chega cá fora e diz o contrário do que combina lá dentro; o general Eanes fica perturbadíssimo, porque dentro da sua ética isto é completamente impensável. Eanes diz a Balsemão que vai passar a ter dois gravadores nas sessões de quinta-feira, uma cassette fica para ele, outra para o Dr. Balsemão, e assim não restam dúvidas. Quando Balsemão chega à Gomes Teixeira e me conta isto eu digo: 'Eh pá, não devias ter aceitado!' Mas como é que eu podia? Ele demitia-me'. 'Não aceitavas, dizias que com gravadores não havia reuniões'. A partir daí as relações dos dois foram péssimas, embora correctas do ponto de vista institucional. Mas sempre que o Dr. Balsemão ia ao estrangeiro e eu ficava a substituí-lo e ia a Belém, o Presidente era outra vez o general Eanes de 76/77, muito simpático, muito falador e sem gravadores."

E assim por Ângelo Correia: "Surpreendeu-nos bastante. O Francisco disse-nos aquilo com um ar triste e magoado, não esperava. Era talvez, de todas as pessoas da direcção de Sá Carneiro, aquele que menos hostilidade formal nutria e exprimia conta o general Eanes."

E assim por Joaquim Letria: "A questão era muito simples: nas audiências, e aí encontrava uma certa exasperação em Eanes, Balsemão não se lembrava daquilo que tinham combinado, desmentia o Eanes, achava que ele estava a fazer confusão, que não tinha

sido assim. Havia muitas falhas desse tipo. E depois interpretações que não eram coincidentes ou que não eram verdadeiras. Então, Eanes propôs que Pinto Balsemão passasse a trazer para a reunião uma pessoa da sua confiança [de Balsemão] e Eanes traria alguém da sua confiança e, no final, seria feita um acta. Balsemão não gostou da ideia, pois as conversas na presença de terceiros impediriam algum à-vontade e perderiam o carácter espontâneo e franco que têm as conversas em ambiente reservado, que decorrem com maior liberdade. E convenceu Eanes a utilizar uma gravação." Seja como for, em meados de Setembro os gravadores e as cassetes desaparecem das reuniões.

A última reunião do Conselho da Revolução tem lugar a 29 de Outubro de 1982, poucas horas depois da entrada em vigor da Constituição revista, não sem antes chumbar mais uma portaria do governo, que estabelecia uma taxa moderadora de 25 escudos por receita médica. As suas funções passaram a ser exercidas pelo Conselho de Estado e pelo Tribunal Constitucional, órgãos agora criados. O poder civil sobre o poder militar está agora consagrado na Constituição. Vítor Alves, porta-voz do Conselho da Revolução, afirma que "os militares saem da cena política porque o decidiram já no compromisso assumido no 25 de Abril, e não por terem sido empurrados."

Poucos dias depois, Eanes faz na televisão uma longa declaração sobre a revisão da Constituição aprovada

pela Assembleia da República, anuncia a sua intenção de exercer com mais rigor o direito de veto e acusa os partidos de estarem mais preocupados com a concentração dos poderes de decisão política do que com os obstáculos à política económica e social.

A capacidade de intervenção do Presidente da República na área da política externa é agora limitada pela Constituição, que atribui ao governo a sua definição e execução. A acção de Eanes nesta matéria é controversa, já Mário Soares se queixava em 1976 e Sá Carneiro continuaria a queixar-se. "Eanes tinha a tentação, que nunca perdeu, de desempenhar um papel na política externa e, também aí, Sá Carneiro marcava o seu território e não abdicava dele", conta Francisco Pinto Balsemão. Balsemão não gosta da chamada diplomacia paralela e proíbe os seus ministros de viajarem com Eanes. Nem todos estão de acordo e alguns, como João Salgueiro, André Gonçalves Pereira, Bayão Horta ou Viana Baptista tentam chamar o primeiro-ministro à razão.

Ricardo Bayão Horta testemunhou a importância de Eanes nas relações com Angola e com a Guiné. E lembra que as conversas entre o Ramalho Eanes e José Eduardo dos Santos, olhos nos olhos, impunham respeito. Uma visita a Moçambique também o impressionou particularmente. "Havia um jantar mais privado na residência do Presidente Samora Machel. Quando Ramalho Eanes chega com a Manuela e mais

dois ou três colaboradores, eu era um deles, Samora agarra na mão de Eanes e leva-o até um senhor idoso, já quase cego. Agarra-lhe na mão, e juntando-a à do Presidente Eanes, diz: 'Pai, sabes quem tenho aqui ao pé de mim? Ele vai apertar-te a mão... Este é o nosso chefe!' Era o respeito", conta, impressionado (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

É preciso enquadrar a acção do Presidente da República no tempo que se vivia. E, nesse contexto, foram determinantes algumas visitas de Eanes, nomeadamente para o restabelecimento das relações entre Portugal e a ex-colónias, mas também no estabelecimento de laços com países europeus.

Portugal está de olhos postos na CEE (actual União Europeia) e a Alemanha de Helmut Schmidt, que em momentos tão difíceis deu a mão ao país, está na rota de Eanes – que já tinha estado em Londres, onde realizou a primeira visita oficial e presidiu honorariamente à cimeira da NATO, e em Espanha. É quando visita a República Federal Alemã, em Dezembro de 1977, que uma brincadeira de mau gosto se transforma numa sólida amizade. À chegada de Eanes, Schmidt atira: "Não sabia que na Europa ainda havia Presidentes da República gerais." Eanes não acha graça e, com um passou-bem, diz ao chanceler que teve muito gosto em conhecê-lo. Imediatamente este percebe que meteu o pé na argola e desculpa-se pela piadola infeliz. Na segunda campanha para as presidenciais, Helmut

Schmidt enviou para Portugal um especialista para ajudar Eanes a ganhar as eleições e, a convite do Presidente, passou várias vezes férias em Portugal.

Ainda no plano externo e no primeiro mandato, a Cimeira Luso-Angolana de Bissau foi um marco histórico em 1978, quando Eanes se encontrou com Agostinho Neto, em Bissau, para negociar o acordo entre Portugal e Angola. Ramalho Eanes comentará, anos mais tarde, que "de exemplar a descolonização não teve nada. É contraditório que nós, que queríamos uma democracia aqui, tenhamos entregado o poder a certos movimentos armados, que apenas representavam uma fracção desses povos."

Para o Presidente da República, a adesão de Portugal à CEE é tão importante com reatar as relações com os PALOP, sobretudo Angola, Moçambique e Guiné. Além disso, manifestamente, nenhum primeiro-ministro português tinha o seu jeito nesta matéria.

A revisão da Constituição foi o acontecimento mais importante do segundo mandato de Ramalho Eanes. E, no caso, Ana Gomes, como António Macedo de Almeida, não têm dúvidas de que foi *ad hominem*, contra Ramalho Eanes. Na opinião de Eanes, houve, de facto, uma deslealdade em relação à sua pessoa por parte de quem conduziu as negociações e por parte dos partidos que aprovaram a revisão. Soares faz um acordo de cavalheiros e, depois, dá o dito por não dito. Afinal, estava estabelecido com o PS que, antes de ser tomada

qualquer decisão, haveria um contacto prévio. O que acabou por acontecer foi que o acordo interpartidário se sobrepôs ao acordo MFA-Partidos.

Não era só com Sá Carneiro que a relação de Eanes era conturbada, com Mário Soares também. Mas de formas bem distintas, Eanes estava longe de ter a mesma consideração e apreço pelo dois (há até quem diga que, em aspectos particulares, Eanes e Sá Carneiro eram parecidos, razão pela qual chocavam de frente). Já longe do tempo da presidência, em Outubro de 2009, Eanes é convidado do programa *Esmiúça os Sufrágios*, dos Gato Fedorento, que passa na SIC. E quando Ricardo Araújo Pereira lhe pede para terminar a frase "Cavaco e Sócrates, comparado com Eanes e Soares, podemos dizer que...?" "Têm uma boa relação", responde Eanes, com o humor que lhe é característico.

Mas há mais de dez anos que lhe fazem essa pergunta: o que separa Eanes e Soares? "Essencialmente, sermos duas pessoas totalmente diferentes. Eu sou, para caricaturar, um homem preocupado com a missão, o dr. Mário Soares, muito mais ajustadamente ao tempo que corre, é um homem preocupado com o grande espectáculo. Eu assumo os conflitos sempre que entendo que é minha obrigação, o dr. Mário Soares contorna os conflitos. Mas não sou a pessoa certa para reponder, porque tenho dito que a nossa relação pessoal não é uma relação de simpatia", diz Eanes (RTP, 1992). Em Dezembro de 1982, um mês depois do veto

do Presidente à Lei de Defesa e das Forças Armadas, um diploma legitimado por uma maioria qualificada de dois terços da Assembleia da República, Francisco Pinto Balsemão pede a demissão do cargo de primeiro-ministro. Os maus resultados eleitorais nas eleições autárquicas e a derrapagem dos vários índices económicos e financeiros precipitam a crise. A 23 de Janeiro de 1983, Ramalho Eanes anuncia a intenção de dissolver a Assembleia da República e convocar eleições antecipadas, depois de o Conselho de Estado ter votado a formação de um novo governo da AD chefiado por Vítor Crespo, indicado pelo PSD.

O PS ganha as eleições de 25 de Abril de 1983, com 36,11%; o PSD, sozinho, fica a mais de 500 mil votos de distância. Os dois partidos aceitam negociar e formam aquele que fica conhecido como o governo do "Bloco Central", chefiado por Mário Soares – que, em Agosto, está a assinar o segundo resgate de Portugal pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Os preços disparam, os impostos aumentam, o desemprego sobe. De novo, é preciso apertar o cinto.

É no discurso de ano novo, em 1985, que Ramalho Eanes critica severamente a actuação do executivo, de tal forma que o governo acusa o Presidente da República de se assumir como chefe da oposição. Em menos de nada Mota Pinto demite-se e é substituído por Rui Machete na vice-presidência do governo, o PSD vai a votos e Cavaco Silva ganha a liderança do partido

e anuncia a sua intenção de abandonar o governo logo depois da assinatura do Tratado de Adesão à CEE. Mário Soares também se demite. "O rancor dos líderes partidários a Eanes era ainda suficientemente grande para o Presidente não ter sido convidado para a cerimónia pública da assinatura do tratado de adesão à CEE, a 12 de Junho" (Rui Ramos, Observador, 2017).

O Parlamento é dissolvido e a 6 de Outubro de 1985 realizam-se eleições antecipadas, com a vitória do PSD (29,8%). Um mês depois Cavaco Silva toma posse como primeiro-ministro de um governo minoritário viabilizado pelo PRD – Partido Renovador Democrático.

O PRD

"O PRD nasceu demasiado grande,
envelheceu demasiado depressa"

António Ramalho Eanes

A 9 de Março de 1986, António Ramalho Eanes termina o segundo mandato e passa o testemunho a Mário Soares. Fecha-se o ciclo dos Presidentes militares. Eanes deu posse a dez governos, três chefiados pelo PS (Mário Soares), três de iniciativa presidencial (Nobre da Costa, Mota Pinto e Maria de Lourdes Pintasilgo) e quatro sociais-democratas: Sá Carneiro, Freitas do Amaral (interino), Francisco Pinto Balsemão e Cavaco Silva.

Antes de deixar a Presidência da República, mais uma polémica. O PRD nasce como um movimento, mas acaba esfrangalhado. Miguel Caetano resume a história: estava-se no rescaldo da revisão constitucional, os partidos políticos estão voltados para dentro e o clima é insalubre, a opinião pública voltava a perder a esperança no caminho certo da democracia.

Eanes conta mais um pedaço: "Em 1984, recebo uma sondagem em que os portugueses diziam que estavam desencantados com a democracia. O 25 de Abril tinha trazido a liberdade, mas não tinha trazido mais nada. Sobre os políticos com poderes executivos, aqueles que recebiam mais simpatia eram, estranhamente, Salazar e Marcello Caetano. Mas a classe política parecia satisfeita consigo, não mudava o discurso, não mudava a acção. As soluções parlamentares estavam esgotadas. Quando me falam no PRD, deixei avançar. Não é criado por mim, mas é criado um pouco à minha imagem e avança com o meu beneplácito. Na altura das eleições antecipadas, estimulei o partido para avançar. Foi um erro, porque o partido não estava estruturado."

Inicialmente Movimento Renovador Democrático, o objectivo é apresentar um projecto de sociedade e apoiar um candidato às eleições presidenciais agendadas para 1985. Existem documentos de Janeiro a comprovar este propósito, já com agendas de trabalho, estratégia e organização do projecto e até o mote: "Honestidade, rigor, competência". São as eleições legislativas antecipadas que precipitam o resto.

A 23 de Fevereiro realiza-se um congresso em Tróia, mas o grupo mais próximo do Presidente da República, João Botequilha, Miguel Caetano e José Rabaça, ficam de fora, uma forma de evitar a ideia de que estão ali para influenciar o que quer que seja. É o director do semanário *O Jornal*, José Carlos Vasconcelos, que

preside a mesa de trabalhos, que resolve colocar à votação, logo de manhã, a transformação do movimento em partido político. Numa primeira volta a ideia não passa, mas à tarde a pergunta é reformulada e, desta vez, a maioria vota a favor da mudança.

Não tarda, Ramalho Eanes é atacado por todos os lados, a começar por Mário Soares, que, dias depois, vem dizer que Eanes não é transparente e não tem uma posição clara em relação ao PRD.

No entanto, chegou a estar escrito nos seus estatutos que o partido era provisório. "Aí houve uma infantilidade", dirá Ramalho Eanes. Oficialmente, o PRD nasce a 27 de Junho de 1985, mesmo a tempo das legislativas de Outubro. Disparam convites para todo o lado. Era preciso constituir listas. Pedro Feytor Pinto, que negociou a rendição de Marcello Caetano, e Vasco Graça Moura são convidados por Eanes para chefiar a lista no Porto. O partido, que tinha na origem as estruturas da CNARPE, é agora uma miscelânea. O programa do partido é vasto, prevê desde a revisão constitucional à reforma legislativa, passando pelo reforço dos poderes do Presidente da República e da Assembleia da República, reformas no sector público ou "o primado do Homem sobre a economia".

Eanes está numa posição difícil. D. Manuel Martins conta que desaconselhou o Presidente a criar o PRD. "Assim, sobre estas matérias, tenho ideia que me pediu conselho duas vezes. E das duas vezes fez o contrá-

rio do que eu lhe sugeri. [...] Telefonou-me e expôs a situação. Disse-lhe que isso de exigir, de querer a ética na política, todos desejamos. Se arranjar uma mágica para viver rectamente na política... Quanto ao resto, parece-me que o espaço político está coberto, é só uma questão de viver com ética essa ideologia a que se propuseram, evangelizar eticamente a missão que lhes foi confiada. Sinceramente, não vejo espaço" (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

Há outros a tentar demovê-lo de aceitar ser a cara do PRD. Pedro Feytor Pinto é um deles, Henrique Grana-deiro também. Vem à pressa de Paris para evitar que Eanes caia no ridículo de apoiar Hermínio Martinho, presidente da Feira Nacional de Agricultura, que tinha sido mandatário de Eanes por Santarém. Eanes faz um esforço por se manter à parte, mas é complicado quando a sua imagem está em todo o lado: *pins*, autocolantes, folhetos de campanha. E ainda há o financiamento do partido, que só é possível porque à cabeça está o nome "Eanes". Muitos empresários, em Portugal e no estrangeiro, estão dispostos a entrar com dinheiro.

As sondagens dão ao PRD 8%, mas os resultados são uma surpresa para todos: 17,92%, mais de um milhão de votos, 45 deputados, mais do que suficiente para se instalarem as guerras do costume pelo poder. Eanes está demasiado implicado e há quem queira capitalizar.

Em Dezembro, o advogado Henrique de Sousa e Mello, em representação de um tal Orlando Costa

d'Almeida, consultor técnico, vem dizer que "Ramalho Eanes cometeu, enquanto Presidente da República, infrações à Lei Eleitoral" e, por isso, de acordo com a Constituição, "a Assembleia da República deve fazê-lo responder perante o Supremo Tribunal de Justiça". Tudo porque, enquanto decorriam as eleições Eanes "não se coibiu, antes pelo contrário, de apoiar de forma inequívoca o Partido Renovador Democrático, como aliás, é do conhecimento geral." Fê-lo, diz, através do consentimento do uso e utilização do seu retrato, portanto da sua imagem e do seu nome nas sessões de propaganda. "Sugerindo larga e longamente o seu interesse na vitória deste partido e, através de sua mulher, dra. Manuela Eanes, primeira dama do país, interveio nas sessões eleitorais e outras formas de actuação pública da campanha, como visitas, deslocações, intervenções na TV."

Henrique de Sousa e Mello acusa Eanes de consentir que "a sua figura, o prestígio e categoria do seu cargo, o mérito, relativo ou não, do exercício das suas funções, incitasse, aconselhasse ou sugerisse o povo português a votar no PRD, convencendo-o, ou procurando convencê-lo, de que seria bom uma certa 'evolução na continuidade', para empregar uma expressão célebre". O advogado lembra que a lei proíbe claramente a intervenção do Presidente da República nas eleições e que, no caso dos partidos políticos, a Constituição diz que não podem ser usadas expressões directamente

relacionadas com símbolos nacionais. E diz que Eanes violou a regra da imparcialidade.

Para a Assembleia da República levar o Presidente a responder em tribunal é necessária uma proposta de um quinto dos deputados e a aprovação de dois terços. Não acontece, mas Eanes não se livra do embaraço.

Ramalho Eanes só assume a liderança do PRD um ano depois de o partido ter vencido as eleições, em Outubro de 1986. Diz que se estreia da pior maneira. "Primeiro, não devia ter entrado a não ser depois de umas eleições e entrei depois de o PRD ter um ano de direcção provisória – e uma direcção provisória extremamente capaz e empenhada, mas que não consegue naturalmente dar às questões a melhor solução e a solução integral. Entrei quando o partido tinha estruturas políticas que funcionavam, uma estrutura financeira que funcionava, as distritais que tinham sido eleitas estavam instaladas [...]. Chego e constato que qualquer modificação que eu introduza é, naturalmente, interpretada incorrectamente" (*Ramalho Eanes, O Último General*, 2017).

Ainda as presidenciais. Afinal, o PRD, antes de partido-movimento, nasceu com o objectivo de apoiar um candidato à Presidência da República. Está na altura de escolher um nome. Manuel da Costa Braz é anunciado, mas isso é antes de o partido perceber a força que tem. Uma larga fatia de militantes do PRD são dissidentes do Partido Socialista, gente que saiu

descontente com o afastamento de Salgado Zenha e o tratamento que lhe foi dado por Mário Soares. Talvez esta fosse uma boa altura para a *revanche*. Um mês a pressionar Eanes e, a 1 de Novembro, um Costa Braz magoado envia um comunicado à comunicação social a anunciar a desistência de se candidatar. O novo candidato do PRD é Salgado Zenha que, contra Soares, Freitas do Amaral e Pintasilgo, não passa da primeira volta.

Dois anos depois da sua formação, em Abril de 1987, o Parlamento vota a favor da moção de censura apresentada pelo PRD e o governo de Cavaco Silva é derrubado pelas mãos daqueles que o viabilizaram. Nas eleições seguintes, no entanto, Cavaco regressa com maioria absoluta e o PRD é largamente penalizado (cai para 5%, sete deputados). É o princípio do fim. Eanes resume o que aconteceu numa frase: "O PRD cresce muito depressa e deixa de ter um ideal político, nasceu demasiado grande, envelheceu demasiado depressa."

Mesmo depois de se afastar e de admitir que "o PRD cometeu erros", Eanes continua a defender que há espaço para outras forças políticas, outras ideias. No dia em que, finalmente, se desvincula do PRD, Ramalho Eanes entra no hospital com suspeitas de uma peritonite e é operado. Manuela Eanes acredita que foi a catarse.

O GABINETE NA MIGUEL BOMBARDA

"Isto de envelhecer é uma coisa terrível"

António Ramalho Eanes

Desde que saiu da Presidência da República nunca mais levantou um processo contra jornalistas. Pode não parecer, mas este era um tema forte no meio, tal era o número de visados. "Entendo que o poder não deve ser sacralizado, mas deve ser respeitado, embora seja um respeito da exigência." Muitas vezes os processos eram interpostos por iniciativa do Ministério Público, mas algumas vezes era o Presidente que tomava a iniciativa "porque entendia que ali havia uma honra a defender. Em Belém, eu tinha de assumir a honra do Estado". "Os portugueses", diz, "têm muitas qualidades, mas alguns defeitos: têm pouco orgulho, embora muita inveja, banalizam tudo, têm um certo jeito para superficializar, não aprofundar as coisas, reagem com a emoção à flor da pele e, muitas vezes, dizem coisas sem intenção que, se porventura não são repudiadas, marcam as instituições e o seu prestígio",

esclarece (RTP, 1992). Ramalho Eanes nunca recebeu um tostão pelas indemnizações a que chegou a ter direito, o dinheiro foi sempre encaminhado para instituições de beneficência.

António Ramalho Eanes tem 90 anos. Acha-se velho e confessa que não gosta de assistir à sua própria decadência: "Isto de envelhecer é uma coisa terrível." A velhice também tem coisas boas, e nada o deixa mais feliz do que estar em família, sobretudo – "não escondo esta manifestação de senilidade" – com os três netos, Joana, António e Madalena. Hoje, são eles que ouvem as histórias passadas com o avô e até com pais. Como aquela história: num dia em os Perdigão foram jantar à residência oficial dos Eanes, "uma amiga muito especial" pergunta ao pequeno Manuel Eanes como foi o seu dia. Em Belém, os miúdos viviam à vontade, andavam de bicicleta, conviviam com os filhos dos funcionários, brincavam aos polícias e ladrões. Nesse dia, tinham andado a apanhar pinhões. Madalena Perdigão, simpática, mostra-se interessada em saber mais, de tal maneira que, no final, Manuel se volta e propõe: "Se quiser, nós vendemos a 100 escudos o quilo".

Ou outra história, que se passou não muito longe daquele dia, decorria a campanha para as segundas eleições presidenciais (1980) e um jornalista aproveita o facto de estar sozinho com Manel para lhe perguntar como é o pai em casa. "Brinca, ri", diz o miúdo. "Ri? Mas o pai nunca se ri em público", puxa o jornalista.

Rápido, o miúdo responde: "Não lhe contam anedotas...".

Ramalho Eanes continua a tentar manter algumas rotinas. O tempo é repartido, fundamentalmente, entre a casa, no bairro Madre de Deus, onde tem o seu pequeno grande jardim, e o escritório. "Tenho uma vocação para os grandes espaços e sou obrigado a viver num pequeno espaço, acabo por densificar o jardim extraordinariamente, exageradamente, tentando colocar lá de tudo ou quase tudo".

Eanes tem uma paixão por cameleiras. "O gosto pelas flores julgo que o herdei da minha mãe. A minha mãe tinha não apenas um gosto especial pelas flores, mas uma capacidade especial para fazer com que elas resultassem. Cortava um pedaço de uma planta, uma estaca, colocava-a num vaso e ela pegava. Julgo que é daí que vem esse gosto e também de um contacto grande que tive em miúdo com a natureza e uma relação importante, gratificante, que vem dessa altura e que hoje racionalizei. Hoje, contactar com a natureza, passear pelo campo, olhar tudo aquilo que ele oferece, é de alguma maneira estar permanentemente em contacto com uma realidade que tem tudo, até poesia" (RTP, 1992).

No seu gabinete, localizado no n.º36 da Avenida Miguel Bombarda, tenta manter-se a par do mundo, mas é também ali que recebe pedidos de ajuda, jornalistas e amigos. Também o gabinete é pequeno para

tanta vida. Objectos, fotografias, papéis, jornais, revistas, livros. Shakespeare é um dos seus autores de eleição. "A vida é, efectivamente, um grande drama e uma grande tragédia, marcada pelo nascimento e pela morte. Para se esquecer da morte, o Homem inventa tudo. Shakespeare impressiona-me porque consegue fazer coisas maravilhosas como *Hamlet*, como *Júlio César*, e coisas simples como *As Alegres Comadres de Windsor* – li e ri-me sozinho com as desgraças todas."

Os jornais nacionais, mas sobretudo estrangeiros, servem para se manter actualizado. Ramalho Eanes é membro vitalício do Conselho de Estado, órgão consultivo do Presidente da República. A geopolítica é um assunto que sempre lhe despertou interesse, hoje por maioria de razão. A sua preocupação é antiga mas, com a evolução do mundo nos últimos anos, é aí que centra muitas conversas. "A União Europeia é mais importante do que nunca para Portugal, porque há duas guerras, uma delas na Europa, que ameaça todos os países. [...] Quando dizem: 'Isso é a quatro mil quilómetros, não é connosco', não é verdade. É connosco também. E Portugal não está isento de ter problemas aqui, nos Açores ou na Madeira, e, nessa altura, não pode pedir aos outros que venham defender-nos. Ou realmente participa no esforço de defesa que os outros fazem, e participa nessa preparação colectiva para a defesa, e depois pode contar com o apoio dos outros, ou fica de fora, isolado" (*Ramalho Eanes - Palavra que Conta*, 2024).

A conversa que tem com Fátima Campos Ferreira sobre as Forças Armadas, com diversos pormenores, reflecte o seu pensamento e mostra a sua lucidez. "Presentemente, as Forças Armadas caminham para uma irrelevância. [...] Em 2005, quando estivemos no Afeganistão, os nossos homens não dispunham de viaturas blindadas de transporte pessoal. Naquela altura, utilizámos blindados de transporte pessoal cedidos pelo contingente militar espanhol. E, em 2018, utilizámos viaturas americanas emprestadas. Mas, claro, o que fazem lá fora não retrata a situação interna das Forças Armadas."

E continua: "Acontece que as Forças Armadas não são apelativas, não são atractivas e não são realizantes. Não realizam as pessoas, têm uma grande dificuldade em atrair jovens e boa parte do que atraem e com quem fazem contratos e nos quais investem muito, não cumpre o contrato, porque se desgosta com aquilo que vê na instituição militar. Poder-se-ia dizer que isso só acontece com os soldados, mas não, também os oficiais e sargentos estão a pedir a desvinculação das Forças Armadas, repetidamente. E isto significa dizer: perco todos os direitos (à reforma e a tudo o resto). E porquê, porque é que os jovens não vêm para as Forças Armadas? Porque tem havido uma degradação progressiva dos estatutos das Forças Armadas em relação às outras forças de segurança. Não se tem considerado devidamente a chamada condição militar, con-

dição distintiva dos militares na sociedade. Hoje, por exemplo, as remunerações dos militares são inferiores às dos elementos da GNR, da PSP, da Polícia Judiciária e de outras organizações. [...] As pessoas querem ter remunerações que lhes permitam ter vidas razoáveis."

Sobre o equipamento, vai ao pormenor: "Hoje, não há uma granada para os carros de combate e os aviões F-16 têm munições para duas saídas [missões]. Depois do 25 de Abril, permitimos que se fosse destruindo o aparelho militar de Defesa. Não fabricamos armas ligeiras, nem sequer munições para essas armas. A fundição e a construção mecânica de Oeiras produzia granadas de 155 milímetros. Desapareceu essa fábrica. Não temos nada, compramos tudo. Quando temos dinheiro. E falta saber se, tendo dinheiro, há material disponível para ser comprado. A guerra na Ucrânia tem mostrado que as reservas existentes nos países europeus são diminuas. França é o terceiro exportador mundial de armas e não consegue responder às suas necessidades. Isso faz com que a Europa se tivesse comprometido a oferecer um milhão de obuses à Ucrânia e, nesta altura, tenha oferecido uma centenas de milhar apenas e não consiga fornecer o resto, perante uma Rússia que tem uma máquina de produção militar muito afinada, e que tem muito dinheiro, porque parece que as sanções não resultaram, segundo diz o FMI. E a Rússia ainda tem possibilidade de comprar munições à Coreia do Norte e *drones* ao Irão".

"Na previsão de um conflito, até mundial, devíamos realmente precaver-nos e conseguir ter Forças Armadas capazes. E devíamos ter, ainda, uma logística de produção militar mínima, mas que nos desse uma certa autonomia. E, também aí, temos falhado, porque até as várias tentativas, por parte de investidores estrangeiros, de investir na Defesa, têm ficado sem resposta."

Eanes cita o ditado "quem quer a paz, prepara-se para a guerra". Não se sabe exactamente o que quer a Rússia, além da Crimeia e Donbass, mas sabe-se que "se a Europa falha na resposta àqueles europeus, àquele crime, àquela invasão, creio que vamos ter problemas com a Rússia noutras partes da Europa. Entendo que Putin testou o Ocidente. E estranho, verdadeiramente estranho, é a Europa não ter acordado."

UMA VIDA EM VÁRIOS ACTOS

Estas últimas linhas resumem alguns episódios que tiveram lugar já depois da Presidência da República e mostram, de certa forma, a maneira com Ramalho Eanes sempre procurou encarar a vida. Pode não ter estado sempre certo – ele próprio confessa que só um tolo não tem arrependimentos –, mas nunca deixou de ser coerente e de fazer aquilo em que acredita.

Este é o homem que na pior fase do Covid foi à RTP dizer aos portugueses, fechados em casa, que "que medo é razoável, mas é nossa obrigação ultrapassá-lo" e que "a pandemia é um momento único de reflexão que nos é oferecido, com dramatismo, com dor, com desgosto, mas que não devemos desperdiçar". Foi há cinco anos e talvez só hoje alguns entendam o significado destas palavras.

Aqui ficam cinco histórias exemplares, mas podiam ser tantas outras, muitas passadas fora dos holofotes –

como a do tratamento aos olhos de D. António Ferreira Gomes na clínica Barraquer, em Barcelona, ou o patrocínio do regresso a Portugal de Américo Thomaz, então a viver numa situação degradante no Brasil.

Os presentes: Quando sai da Presidência da República, Eanes, e também Manuela, deixam um museu. E é lá que ficaram todos os presentes que António Ramalho Eanes recebeu das visitas de Estado. É tradição, nas visitas de Estado, haver uma troca de presentes (pagos pelos Estados). Eanes entendeu, assim, que não era razoável que o Estado – que pagava as prendas que ofereceu aos outros chefes de Estado – não ficasse com os presentes que os outros chefes de Estado lhe ofereceram a ele. "Se ofereciam as prendas ao Presidente da República de Portugal, as prendas ficam no Museu da Presidência. Entendo que não fiz nada de mais, limitei-me a fazer a minha obrigação."

E há peças que largou com pesar, com um cavalo oferecido pelo presidente de França Giscard d'Estaing, "uma maravilha – e eu gosto de cavalos", ou dois relógios da marca Breguet, que qualquer coleccionador, "como eu", gostaria de ter, um oferecido pelo rei de Espanha, outro pelo Presidente da República Federal da Alemanha. "Mas, por uma razão de coerência, tive de os deixar lá também, não ia deixar uns e tirar outros."

Eanes e a mulher nem sempre se entenderam sobre todas as matérias. O dinheiro que gastavam dos seus

bolsos para pagar, por exemplo, almoços e jantares oficiais era uma delas. No Palácio de Belém já quase todos se tinham habituado a viver de forma austera. Portugal atravessava tempos difíceis, havia fome e Eanes queria dar o exemplo. Por outro lado, a Presidência da República não tinha autonomia financeira, estava dependente da Presidência do Conselho de Ministros, para quem tudo servia de arma de arremesso. Hoje, Eanes admite que "talvez tenha exagerado um pouco".

Não foi apenas a recusa de aumentos salariais ou dos envelopes com as ajudas de custo – que davam mais trabalho a recambiar do que a aceitar. Aos fins-de-semana, contar os carros que estavam na garagem e verificar os quilómetros e a gasolina para garantir que não havia abusos. Ou, no caso de Manuela, repetir diversas vezes a mesma toalete, com pequenas alterações feitas pela modista em vestidos e *tailleurs* que usava para acompanhar o marido em cerimónias oficiais. Ou fazer desaparecer a travessa da frente dos convidados para estes não serem tentados a repetir. Ou servir um vinho barato a um embaixador importante.

Joaquim Letria, porta-voz de Eanes desde o primeiro mandato, conta que ficou em êxtase quando, pela morte de Samora Machel, foi convidado a integrar a comitiva de Mário Soares em vez de viajar com Eanes. "Recordo-me do avião, do serviço de bordo, do voo Lisboa-Maputo. Viajar com um e outro era a diferen-

ça entre ir num C-130 da Força Aérea com croquetes e aguinha, que já era um luxo, ou num avião da TAP com lagosta, *champagne* e tudo o que havia direito" (*Ramalho Eanes, O Último General, 2017*).

Timor-Leste: Timor está nas mãos da Indonésia, há resistência organizada ao invasor, apoiada pela Igreja e dirigida por Xanana Gusmão. Portugal continua obrigado a promover e garantir o direito à independência de Timor-Leste. O embaixador António Franco vai fazendo a ponte entre Ramos-Horta e o Presidente da República, as visitas de chefes de Estado a Portugal e vice-versa passam a incluir Timor na agenda política. Quando deixa a Presidência, Eanes mantém contacto com Taur Matan Ruak, que manifesta desconforto com a situação de opressão política e militar indonésia, e chega a levar uma das suas cartas ao primeiro-ministro. A situação é má.

O movimento civil da missão paz em Timor telefona ao ex-Presidente e diz a Ramalho Eanes que é importante que participe na acção do *Lusitânia-Expresso*. Eanes faz saber que a sua participação tem alguns inconvenientes, mas adianta que se continuarem convencidos de que é importante tê-lo a bordo, contem com ele. No momento seguinte, aceita o desafio, com três condições: que o país financie a missão, que os órgãos de soberania entendam que a acção não contraria a política externa do Estado, pelo contrário, e que a

opinião pública seja esclarecida, para que não espere nem de mais, nem de menos.

A viagem, em Março de 1992, quer chamar a atenção do mundo para a ocupação violenta da Indonésia e é um momento de grande relevo na vida pós-presidencial de Eanes. "Tive o privilégio de contactar com a juventude em que eu não acreditava, estava habituado a ouvir a juventude fazer discursos políticos iguais aos que a minha geração faz, a defender valores e interesses de que eu duvido. Vejo-os determinados a assumir contenciosos históricos e, no contacto que tive com a população portuguesa, dispostos a ir até onde fosse preciso" (RTP, 1992).

O objectivo é, simbolicamente, depositar uma coroa de flores no Cemitério de Santa Cruz, em Díli, em homenagem às dezenas de vítimas assassinadas pelas tropas indonésias durante a ocupação. A viagem dura três meses até Darwin (Austrália) e mobiliza 123 estudantes de 23 nacionalidades. A coroa acaba por ser deitada ao mar ao largo de Timor, quando o *Lusitânia-Expresso* é impedido de prosseguir viagem. Antes da partida, Rui Marques, o comandante do barco, fez uma reunião com todos os implicados e teve o cuidado de dizer que, em caso de detenção ou contenção do navio por parte da armada indonésia, caberia exclusivamente ao comandante decidir a resposta. Decidiu voltar para trás. Eanes regressa de avião.

A reforma: Quando é eleito Presidente da República, em 1976, Ramalho Eanes, com 36 anos de descontos como militar, ganha um salário de 60.100 escudos, o mesmo que Américo Thomaz recebia antes do 25 de Abril de 1974, mais despesas de representação no valor de 27.600 escudos.

A Lei n.º 26/84, promulgada por Eanes já no segundo mandato, vem dizer que as subvenções não são cumuláveis com quaisquer pensões de reforma ou de sobrevivência. Ora, quando deixa a Presidência da República, dez anos depois, a Caixa Geral de Aposentações decide que a pensão que recebe como general reformado e a subvenção de ex-Presidente são incompatíveis e suspende a pensão de general (quatro estrelas).

Em 1981, a Assembleia da República ainda ensaia mudar a lei e aprovar um aumento do vencimento do Presidente da República, mas isso à boleia no novo estatuto do deputado (que também continha uma subida de salário). Mas Eanes chumba ambos os diplomas, um por ser uma decisão em causa própria, o outro porque, apesar de concordar com o aumento dos vencimentos dos deputados, não estava pelos ajustes no que às funções dizia respeito.

A pensão está congelada quase 20 anos e Manuela Eanes vê-se obrigada a vender um apartamento que têm na Costa da Caparica, herança do pai, para conseguir ultrapassar algumas dificuldades financeiras.

Como sempre, toma a dianteira e fala com António Macedo de Almeida, que desencadeia todo um processo. Só em 2008, no governo de José Sócrates, a lei é alterada e as subvenções passam a ser cumuláveis com as pensões de aposentação, de reforma, de sobrevivência ou a remuneração na reserva a que o respectivo titular tenha direito.

Mais extraordinário é que a lei que é aplicada a Eanes não é aplicada, durante esse tempo, aos seus sucessores, ou seja, aos outros ex-Presidentes da República. Para resolver esta situação de discriminação, considerada inaceitável, foi proposto a Eanes o pagamento de retroactivos, no valor de 1,3 milhões de euros. Eanes recusou.

Ainda a este propósito, do funcionamento da Assembleia da República, um dos temas que continua a preocupar Ramalho Eanes é o sistema eleitoral, que permite o "encastelamento" do poder político, listas fechadas, em que o eleitor não pode expressar as suas preferências. "Um eleitor que vota num conjunto de 40 ou 50 deputados dificilmente se revê num seu representante concreto. O eleito é mais um delegado dos partidos políticos do que um representante do eleitor" (*Ramalho Eanes - Palavra Que Conta*, 2024).

Além disso, há desequilíbrios de tratamento, "o sistema eleitoral trata de forma desigual, no espaço nacional, os eleitores portugueses. Um eleitor de um distrito de menor dimensão está mais limitado na sua escolha

política do que um eleitor de Lisboa ou do Porto". Para cúmulo, ainda, "os partidos do arco do poder têm colonizado, partidariamente, a administração pública do Estado e a administração regional ou local, quando devia, por razões óbvias, ter uma estatuto de neutralidade partidária."

O "não" a marechal: Em 2000, no virar do século, Eanes recusa a mais alta patente da hierarquia militar, a promoção a marechal. É o único Presidente militar retratado à civil e sem quaisquer condecorações. Não é por acaso, é porque quis assim. O retrato oficial de Ramalho Eanes é do pintor Luís Pinto Coelho, a obra foi realizada em 1991 e custou 3 milhões e 500 mil escudos (cerca de 42 mil euros ao tempo actual).

Não foram apenas os chefes dos Estados-Maiores dos ramos que pretenderam que Eanes fosse marechal, foi também o actual Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa. E por mais de uma vez, muitas vezes recorrendo à ajuda de amigos comuns, como Vasco Lourenço. Eanes explica o motivo pelo qual não pode nem deve aceitar ser marechal, a começar pelo facto de não se considerar merecedor. Esteve em cinco missões na Guerra Colonial, comandou companhias e foi segundo comandante de um batalhão, mas nunca comandou uma grande unidade. Na sua opinião, há militares com mais mérito e mais merecedores. Além do mais, há dois militares com o título, Costa Gomes

e António de Spínola, ambos propostos por si. Por último, numa altura em que as Forças Armadas são tão diminutas, ter um marechal não é razoável.

Eanes recebeu, no entanto, a espada de Comando em 2016, oferecida por todos os ramos das Forças Armadas por ocasião dos 40 anos da sua eleição como Presidente da República. Mas impôs uma condição para a receber: a espada, símbolo de bravura, tem de ter sempre como fiel depositário o Presidente da República em funções, o que significa que está neste momento nas mãos de quem a entregou na altura, Marcelo Rebelo de Sousa. "Porque cabe ao Presidente da República empenhar-se para que a condição militar seja, como é em França, por exemplo, uma preocupação do governo em relação aos militares."

O doutoramento: António Ramalho Eanes completa o seu doutoramento aos 71 anos. A tese, intitulada *Sociedade Civil e Poder Político em Portugal*, é defendida na Faculdade de Filosofia e Letras da Universidade de Navarra, em Espanha. Com cerca de 2000 páginas, a dissertação é composta por sete capítulos e oferece uma análise aprofundada da interação entre o poder político e a sociedade civil em Portugal, desde a Primeira República até à primeira revisão constitucional de 1982. Eanes examina períodos cruciais da história portuguesa, incluindo a ditadura do Estado Novo, o 25 de Abril de 1974 e o 25 de Novembro de 1975.

"As ditaduras tiveram duas marcas, ambas negativas, a fé e o medo. [...] As pessoas que têm medo calam-se, as que têm fé esquecem-se das ideologias, do contacto com a realidade, que impede que Homem se assuma como cidadão, como ser responsável", dizia nos anos 90. A tese critica a Constituição de 1976 por não ter promovido uma verdadeira sociedade civil com liberdade e sentido de responsabilidade, apontando para a necessidade de um diálogo comprometido entre o governo e uma sociedade civil politicamente desperta.

Aprovada por unanimidade, com louvor e distinção, por um júri académico composto por Jorge Miranda, Manuel Braga da Cruz, Alejandro Llano, Agustín González Enciso e Enrique Martín López, a tese foi dedicada aos portugueses e a Portugal.

OBRAS CONSULTADAS

Ramalho Eanes, O Último General,
Isabel Tavares, Lisboa, Dom Quixote, 2017

Apontamentos Políticos - Eanes e os Partidos,
general Garcia dos Santos e David Mourão Ferreira Castaño,
Lisboa, Bertrand, 2013

Memórias Políticas - Um Pouco do Que Vivi,
general Garcia dos Santos, Lisboa, Bertrand, 2011

O General Ramalho Eanes e a História de Portugal,
vols. I e II, M. Vieira Pinto, Lisboa, Âncora, 2017

25 Portugueses,
Luís Osório, Lisboa, Editorial Notícias, 1999

O Independente – A Máquina de Triturar Políticos,
Filipe Santos Costa e Liliana Valente, Matéria Prima, 2015

Mário Soares – Uma Vida,
Joaquim Vieira, Lisboa, Esfera dos Livros, 2013

Ten. General Alípio Tomé Pinto - O Capitão do Quadrado,
Sarah Adamopoulos e Alípio Tomé Pinto, 2016

RETRATOS POLÍTICOS II

Do Pântano Não se Sai a Nado,
Joaquim Silva Pinto, Gradiva, 2014

Confissões do 25 de Abril,
António Sousa Duarte, Lisboa, Âncora, 1999

António Ramalho Eanes,
Presidentes de Portugal – Fotobiografia,
Manuela Goucha Soares, Lisboa, Controlinveste/
Museu da Presidência da República

Eanes e a Democracia,
David Castaño, Almedina, 2018

Ramalho Eanes – Palavra Que Conta,
Fátima Campos Ferreira, Porto Editora, 2024

Memórias,
Francisco Pinto Balsemão, Porto Editora, 2021

Arquivos consultados

RTP

Biblioteca Nacional

Fundação Mário Soares

Associação 25 de Abril

Museu da Presidência da República

Observador

Expresso

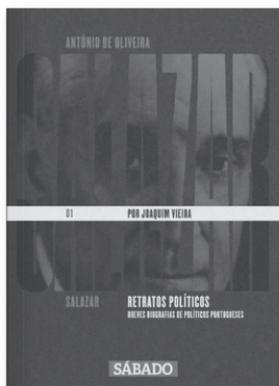
Jornal i

Público

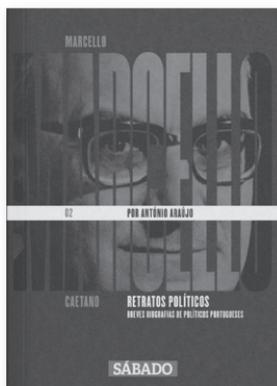
Jornal de Negócios

Jornal de Notícias

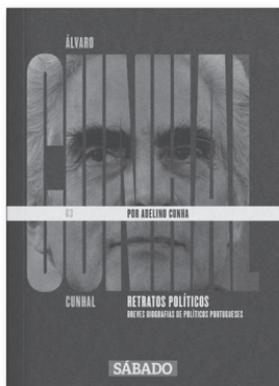
Isabel Tavares (n. 1969) é autora da biografia *Ramalho Eanes, O Último General* (Dom Quixote, 2017). Jornalista do Sapo 24, passou pela televisão e pela rádio, mas é na escrita que se fixa sempre. Chefe de redacção do *Semanário Económico* e do *Diário Económico*, que ajudou a fundar, passou pelo *Expresso*, pelo *Jornal i* e por outras publicações.



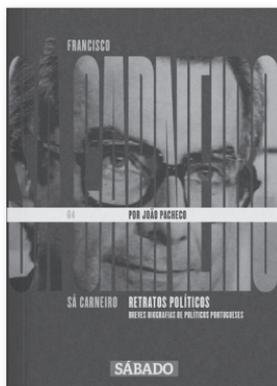
ANTÓNIO DE OLIVEIRA SALAZAR



MARCELLO CAETANO



ÁLVARO CUNHAL



FRANCISCO SÁ CARNEIRO

Se pretender adquirir a primeira coleção ou alguns dos seus volumes, envie o seu pedido para pedidos@colecoesanteriores.pt ou ligue para **218 367 007**.



RETRATOS POLÍTICOS
BREVES BIOGRAFIAS DE POLÍTICOS PORTUGUESES

Use o QR-Code para comprar online.

Quando fosse grande queria ser padre, médico ou militar. Tal desejo reflectia “uma tendência para estar com os outros de uma maneira mais próxima, mais fraterna, mais responsável”. A 27 de junho de 1976, o general Eanes vence as presidenciais. Com quase três milhões de votos (61%), é eleito Presidente da República aos 41 anos. “A missão do primeiro mandato foi muito mais interessante do que no segundo.” A 9 de março de 1986 passa o testemunho a Mário Soares. Fecha-se o ciclo dos Presidentes militares. Um ano antes nasce o Partido Renovador Democrático (PRD). “É criado um pouco à minha imagem e avança com o meu beneplácito.” Mesmo depois de se afastar e admitir que o “PRD cometeu erros” – “nasceu demasiado grande, envelheceu demasiado depressa” –, continuava a defender que havia espaço para outras forças políticas. Recusou sempre a mais alta patente da hierarquia militar, a promoção a marechal.

Isabel Tavares

**«NÃO ESTIGMATIZEM O 25 DE NOVEMBRO.
É A CONTINUAÇÃO DO 25 DE ABRIL.
É A REAFIRMAÇÃO DAS PROMESSAS FEITAS
PELOS MILITARES À POPULAÇÃO PORTUGUESA.»**

